

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Victória Pozzebon Scabora

"ILHA DA EXCLUSÃO:

a desigualdade social em Florianópolis a partir de um estudo do Maciço do Morro da Cruz/
SC entre o final do séc. XIX e início do séc XX"

FLORIANÓPOLIS

Novembro 2021

Victória Pozzebon Scabora

ILHA DA EXCLUSÃO: a desigualdade social em Florianópolis a partir de um estudo do Maciço do Morro da Cruz/ SC entre o final do séc. XIX e início do séc. XX.

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História Orientador: Prof. Dr. Elson Manoel Pereira.

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra

Scabora, Victória Pozzebon

Ilha da exclusão : a desigualdade social em Florianópolis a partir de um estudo do Maciço do Morro da Cruz/ SC entre o final do séc. XIX e início do séc. XX / Victória Pozzebon Scabora ; orientador, Elson Manoel Pereira, 2021.

59 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. História. 2. Segregação Urbana. 3. Maciço do Morro da Cruz. 4. Planejamento Urbano. 5. Desigualdade Social. I. Pereira, Elson Manoel . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos 10 dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às 10 horas, por meio do ambiente virtual Google Meet, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. **Elson Manoel Pereira** (orientador), Prof. **Camilo Buss Araújo** (membro) e Prof. **Paulo Pinheiro Machado** (membro), designados pela Portaria TCC nº 7/HST/CFH/2021, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Victória Pozzebon Scabora**, intitulado: **"ILHA DA EXCLUSÃO: a desigualdade social em Florianópolis a partir de um estudo do Maciço do Morro da Cruz/ SC entre o final do séc. XIX e início do séc. XX"**. Aberta a Sessão pela Senhora Presidenta, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas: Prof. **Elson Manoel Pereira**, nota 9,0, Prof. **Camilo Buss Araújo**, nota 9,0, Prof. **Paulo Pinheiro Machado**, nota 9,0, sendo a acadêmica aprovada com a nota final 9,0. A acadêmica deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 17 de maio de 2021. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

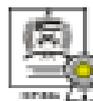
Florianópolis, 10 de maio de 2021.



Documento assinado digitalmente

Elson Manoel Pereira
Data: 11/05/2021 10:43:38 -0500
CPF: 034.009.889-08
Perfísico de assinatura em <https://ufsc.br>

Prof. Elson Manoel Pereira (Orientadora):



Documento assinado digitalmente

Camilo Buss Araújo
Data: 11/05/2021 07:26:03 -0500
CPF: 833.040.889-93
Perfísico de assinatura em <https://ufsc.br>

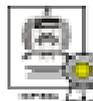
Prof. Camilo Buss Araújo, (Titular)



Documento assinado digitalmente

Paulo Pinheiro Machado
Data: 11/05/2021 08:00:29 -0500
CPF: 411.678.490-08
Perfísico de assinatura em <https://ufsc.br>

Prof. Paulo Pinheiro Machado (Titular)



Documento assinado digitalmente

Victória Pozzebon Scabora
Data: 11/05/2021 15:00:43 -0500
CPF: 411.350.808-04
Perfísico de assinatura em <https://ufsc.br>

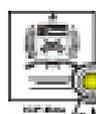
Victória Pozzebon Scabora (Candidata)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Victória Pozzebon Scabora, matrícula n.º16105823, entregou a versão final de seu TCC cujo título é ***ILHA DA EXCLUSÃO: a desigualdade social em Florianópolis a partir de um estudo do Maciço do Morro da Cruz/ SC entre o final do séc. XIX e início do séc. XX.***, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 12 de Maio de 2021.



Documento assinado digitalmente

Elson Manoel Pereira

Data: 12/05/2021 16:52:57-0300

CPF: 034.879.089-98

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Orientador(a)

Agradecimento

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha família por todo o apoio ao longo dessa caminhada. À minha mãe, Ercília e meu pai, José Roberto, a quem devo todo o suporte despendido em meu favor para chegar ao final desses cinco anos de graduação que culminaram na produção deste TCC. Aos meus irmãos, Paulo Henrique e João Luiz, que cotidianamente me incentivaram a dar prosseguimento e conseguir finalizar esta pesquisa. Agradeço, sobretudo, ao meu avô, Walter, que esteve comigo durante toda a produção deste trabalho e não mediu esforços em dedicar horas de seus dias para revisar meus escritos garantindo o melhor resultado.

Agradeço a todos os professores da UFSC que fizeram parte dessa minha jornada, em particular, ao departamento de História pelo ensino ímpar e de qualidade. Especialmente, ao grupo PET-História da UFSC, e aos tutores Prof^o Tiago Kramer e Prof^o João Klug, que contribuíram profundamente à minha formação acadêmica.

Agradeço também, aos meus amigos Monique, Isabelle, Mariana, Vinicius, Tatiane, Gabriela, Érica, Alice, Matheus, Valéria, Daniele, Luisa, Juliana, Gabriela, e tantos outros que não conseguirei citar aqui, que estiveram comigo durante toda a trajetória da graduação e foram essenciais para a minha continuidade e conclusão do curso. Aos meus companheiros de trincheiras de luta, Vitor, Pâmela, Beatriz e Francisco, que estiveram comigo nos melhores e piores momentos e a quem dedico confiança e companheirismo intermináveis. Por fim ao meu querido amigo Nicollas, principal alicerce que tenho na Ilha, a quem espero nunca perder em minha vida.

Por fim, gostaria de agradecer aos professores Camilo Buss Araújo e Paulo Pinheiro Machado por terem aceito o convite para a banca e, especialmente, ao meu orientador, Prof^o Elson Manoel Pereira, por ter me acolhido como orientanda e me conduzido aos olhares críticos sobre a cidade de Florianópolis, me auxiliado na escrita e finalização deste trabalho.

“ (...) É que em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós, os pobres que residíamos nas habitações coletivas, fomos despejados e ficamos residindo debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos” (JESUS, C. 1961, p. 17).

RESUMO

O presente trabalho trata de uma pesquisa sobre a manutenção da desigualdade social na ilha a partir de um estudo de caso da formação do Maciço do Morro da Cruz como resultado do processo de urbanização de Florianópolis entre o final do séc. XIX ao início do séc. XX. A hipótese é de que a manutenção do quadro de desigualdade se explica, pela necessidade do sistema econômico vigente de um descompasso social espacializado entre as classes. Ademais, a participação dos agentes comerciais e de especulação na garantia da sua taxa de lucro também teve seu papel importante nessa manutenção. A partir da história espacial como metodologia de pesquisa para os processos de urbanização nas cidades no séc. XIX e XX, de um estudo sobre a Urbanização no Brasil e suas variações nas tendências mundiais, do processo de formação do Maciço do Morro da Cruz a partir da história social, buscou-se responder à problemática apontada. Para tanto, foram analisadas como fontes deste trabalho: os livros de memórias de Virgílio Várzea (1985) e Oswaldo Cabral (1979); o Plano diretor de 1952; reportagens do Jornal *A República*; mapas topográficos; dados apresentados pelo censo disponíveis a partir de dados da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental da Prefeitura de Florianópolis; e o documentário *Maciço* de Pedro MC, seguindo a metodologia de estudos da memória, análise de jornais e história oral.

Palavras-chave: segregação, urbano; Florianópolis.

¹ Carolina Maria de Jesus, moradora da Favela do Canindé nos anos 1950. Escritora de diversas obras importantes, em sua maioria de caráter autobiográfico. “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, foi sua obra mais famosa.

ABSTRACT

The present paper is a research on the maintenance of social inequality on Florianópolis from a case study of the development of the Maciço do Morro da Cruz, as a result of the urbanization process of the island along the end of the century XIX to the beginning of the century XX. The hypothesis is that the maintenance of such conditions of inequality is the result of the current economic capitalistic system trend of keeping society unbalanced. In addition, the influence of commercial and speculative agents in guaranteeing their rate of profit also played an important role in such as maintenance. In order to answer this question, spatial and social History were used as research methodology for: urbanization processes in cities in the 19th century XIX and XX; a study on Urbanization in Brazil; and its variations in world trends, the formation process of the Maciço do Morro da Cruz. Therefore, the sources analyzed by this paper were: the memoirs of Virgílio Várzea (1985) and Oswaldo Cabral (1979); Master Plan of the city the 1952; reports from Jornal A República; topographic maps; data presented by the censuses available from data from the Municipal Housing and Environmental Sanitation Secretariat of the City of Florianópolis; and the documentary Maciço de Pedro MC, following the methodology of memory studies, newspaper analysis following oral history methodology.

Keywords: segregation; Urbanization; Florianópolis.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 Porto de Desterro - acervo da Casa da Memória de Florianópolis (final séc. XIX) por Elaine Gonçalves (2012).....p. 30
- Figura 2 Mapa de estudo preliminar de Florianópolis incluso no Plano diretor de 1952 Por Edvaldo PAIVA *et al* (1952).....p. 35
- Figura 3 Mapa, do início do séc. XX, dos territórios de Florianópolis por SANTOS (2009)p. 40
- Figura 4 Canal do Rio da Bulha - 1920 - foto Betina Humeres da agência RBS. por Elaine Gonçalves (2012).....p. 41
- Figura 5 Ponte Hercílio Luz em construção-1920 - foto do acervo de Eugênio Silveira. por Elaine Gonçalves (2012).....p. 43
- Figura 6 Planta topográfica da cidade do Desterro 1876: por SANTOS (2009)p. 44
- Figura 7 Mapa do Maciço com delimitações de suas comunidades por ARAÚJO (2006)p. 45
- Figura 8 Gráfico dos assentamentos precários por Região em Florianópolis-, por SANTOS (2009)p. 47
- Figura 9 Tabela de população e número de comunidades das áreas de interesse por região, por Elaine Gonçalves (2012).....p. 48
- Figura 10 Reportagem do ND+ de 22 de Agosto de 2020: “ Relatório ND: Invasão define o caos urbano na região central Florianópolis”p. 52
- Figura 11 Vista aérea do Maciço do Morro da Cruz, marcado em vermelho. Google Earth.p. 53

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	UM ESTUDO DO ESPAÇO: A CIDADE E OS ESTUDOS URBANOS.....	18
2.1	OS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL.....	22
3	URBANIZAÇÃO EM DESTERRO: UM PROJETO DE POBREZA EM DESTERRO: UM PROBLEMA DO SÉCULO XX.....	29
3.1	FORMAÇÃO DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ-SC	35
4	ENTRE O PASSADO E O PRESENTE:A CONTINUIDADE DA PRECARIZAÇÃO NO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ- SC.....	45
5	CONCLUSÃO.....	56
	REFERÊNCIAS.....	58

1. INTRODUÇÃO

Todos os anos a mesma afirmação recai sobre os estudantes de história: durante o processo de urbanização nas capitais, a população pobre foi expulsa dos centros para seguir o projeto de higienização e gentrificação da burguesia. A afirmação não está errada, talvez por isso, ela é repetida continuamente como um mantra a ser aceito na academia. Mas, o que falta? Pode-se resumir todo um processo de expulsão recorrente em diversas capitais pelo mundo apenas em uma frase? Esta autora acredita que não. Por que não questionar os mantras, voltar aos clássicos² repensar os debates já aceitos e levantar novas questões? Foi a partir desta inquietação que este trabalho de conclusão de curso começou a ser pensado, mas ele não se limita a apenas voltar a estudar o que já foi escrito sobre espaço, urbanização e marginalização. A proposta geral é debruçar sobre as “velhas” questões dos problemas sociais acarretados com a urbanização nas capitais brasileiras no séc. XX, a partir de um estudo de caso do Maciço³ do Morro da Cruz em Florianópolis-SC. A ideia é voltar à afirmação da primeira frase deste parágrafo e completar: a população pobre foi expulsa dos centros como resultado dos projetos de urbanização e valorização do espaço, seguindo, também, interesses de higienização e gentrificação da burguesia. Além disso, faz parte dos meus objetivos olhar com mais atenção a formação das comunidades e morros, a partir dos processos de expulsão no final do séc. XIX e início do séc. XX⁴, e os interesses econômicos e políticos de agentes da elite na época.

Este trabalho, como já foi dito, não teve ousadas pretensões de solucionar problemas de pesquisa renovadores da academia, muito menos descobrir os documentos mais inéditos. No entanto, houve questões centrais, formuladas a partir de outros sobre as mesmas leituras, que nortearam toda a escrita desta pesquisa: quais foram as causas econômicas e sociais e os interesses políticos e espaciais que justificam a manutenção do quadro social precarizado do Maciço do Morro da Cruz? Por que uma situação social fruto da marginalização e exclusão,

² Neste caso, o termo “Clássicos” nos estudos Urbanos e Espaciais refere-se especialmente a três autores que foram utilizados no debate bibliográfico do primeiro capítulo: David Harvey (2000), Henri Lefebvre (1968) e Milton Santos (1993).

³ “Em geologia, um maciço é uma seção da crosta terrestre que é demarcada por falhas ou por fendas. No movimento da crosta, um maciço tende a reter sua estrutura interna ao ser deslocado. O termo é usado também para se referir a um grupo de montanhas formadas por tal estrutura. O maciço é uma unidade estrutural da crosta menor do que uma placa tectônica. A palavra é oriunda do francês, onde é usada para se referir a uma massa grande da montanha ou a um grupo compacto de montanhas conectadas” (WIKIPÉDIA, 27 de Abril de 2021).

⁴ É ao final do século XIX e começo do século XX, que iniciou-se o processo mais intenso de ocupação do morro, meados de 1850 e seguindo para mais tardio, a partir das famílias que foram retiradas dos arredores do Rio da Bulha, em um primeiro momento; expulsas dos cortiços próximas da praça XV, em um segundo momento; e segregadas como resultado das políticas de modernização e urbanização da elite econômica e urbana (DORIGUELLO, 2012, p. 132).

mais intensa em meados do séc. XIX e XX, se mantém até hoje? Quem se interessa pela permanência dessa situação no morro? Por que não há perspectiva de mudança? Quem lucra com essa desigualdade social crescente em Florianópolis?

Para tanto, este trabalho se organizou em três capítulos, sendo o primeiro um debate historiográfico entre dois autores clássicos da história da urbanização, Henri Lefebvre (1968) e David Harvey (2000), juntamente a outros dois autores que se debruçam sobre o mesmo tema, Ermínia Maricato (2000) e Orlando dos Santos (2014), mais especificamente as consequências sociais dessa urbanização nas cidades. Pretende-se discutir nessa primeira parte, o espaço como personagem ativo na análise da história social e econômica e a relação do processo de urbanização com as crises econômicas mundiais do capitalismo. Ademais, no mesmo capítulo, foi realizado um debate historiográfico sobre o processo de urbanização no Brasil e as variações das condicionantes e tendências do processo mundial observado pelos autores supracitados. Nessa segunda parte foram utilizados os seguintes autores: Ermínia Maricato (2000), Orlando Santos Junior (2014), Reinaldo Lohn (2007), Elson Pereira (2010) e Milton Santos (1993).

O segundo momento deste trabalho foi dedicado a compreender a Urbanização em Florianópolis desde o final do séc. XIX a meados do séc. XX, as tendências globais econômicas, políticas e sociais do capitalismo do séc. XX, as variações regionais no processo de transformação urbana; e as agências de setores de classes médias e altas interessados na efetivação do projeto. Além disso, buscará essa parte dedicar-se mais sobre o cenário de crescente desigualdade social no Maciço do Morro da Cruz-SC desencadeado a partir do novo projeto de Urbanização da ilha. Para esse capítulo, além dos autores já citados, foi realizado um estudo de caso cuidadoso, através: de livros de memórias de Virgílio Várzea (1985) e Oswaldo Cabral (1979) e autores que trabalham especificamente com Florianópolis: André Santos (2009); Hermestes Araújo (1989), Camilo Araújo (2006), Beatrice Gonçalves (2012), Elaine Veiga (2010), Elaine Doriguello (2010).

Por fim, o último capítulo, o mais importante deste trabalho, buscou entender o processo de continuação dos problemas sociais e econômicos encontrados no Maciço do Morro da Cruz desde o início do séc. XX até hoje⁵. Neste capítulo, se buscará compreender as

⁵ A percepção da continuação desses problemas nas comunidades vai ser observada principalmente através de censos disponíveis a partir de dados da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental da Prefeitura Municipal de Florianópolis e do Plano Municipal de Interesse Social; e pelos depoimentos apresentados no audiovisual “Maciço” de Pedro MC (2013).

explicações dadas pelos órgãos públicos, pelas mídias atuais, pela própria comunidade e pelos historiadores para se chegar a uma formulação que explique essa continuidade, e entender o contexto de interesses nessa permanência de precarização. A proposta de incorporar olhares dos moradores da comunidade do Maciço sobre seus problemas de hoje, surgiu, inicialmente, de uma demanda por entrevistas que buscassem nas anciãs da comunidade para conduzir perguntas referentes sobre o processo de expulsão de 1940. Diante da impossibilidade de realizar qualquer atividade de campo presencial durante a pandemia do Coronavírus, foi utilizado um audiovisual produzido em 2013 por Pedro MC “Maciço”. Entretanto, o olhar da autora sobre o documentário, continuou na tentativa de ouvir e incorporar as versões desses moradores sobre a formação de sua comunidade e sobre os atuais problemas sociais desencadeados no contexto da urbanização, que ainda enfrentam os moradores do Maciço em Florianópolis.

A metodologia de pesquisa não tem grandes novidades, dois capítulos se resumem a debates historiográficos seguindo as tradições do olhar analítico da história espacial e social, compreendendo o espaço como personagem ativo nos processos de transformação histórico e nas consequências sociais posteriores.

Esta pesquisa trabalhou com a história espacial e a história social enquanto tipologias de análise histórica, por ter como recorte temático a formação do maciço do Morro da Cruz, ao final do séc. XIX e início do séc. XX, e o processo de desigualdade social desencadeado a partir da urbanização e a consequência de sua manutenção para a população. Diante da temática escolhida, o estudo será balizado pelo olhar da história espacial, a partir das perspectivas de SANTOS (1993) e LEFEBVRE (1968). Apesar de ser uma área de atuação com pouca tradição entre os historiadores, a história espacial é essencial na construção do alicerce teórico deste estudo. Na medida que este estudo baseou-se no caso do Maciço do Morro da Cruz, mostrou-se evidente que a espacialidade daquela região não era um simples detalhe no contexto, mas tinha uma importância primordial na discussão da problemática e com interferência ativa na elaboração.

Assim como a história espacial e social é necessária na construção da argumentação desta pesquisa, a abordagem da história oral é metodologia impreterível na discussão da problemática. Baseada no documentário “MACIÇO” de Pedro MC de 2012, premiado no edital cinemateca catarinense / ABD-SC, será analisado sob a ótica de Barros em seu texto *Cinema e história – as funções do cinema como agente, fonte e representação da história*

(2007). Buscando, a partir dele, apresentar para além de um estudo do contexto de sua produção e da história abordada, uma análise aprofundada das várias linguagens presentes no documentário, e seus significados para esta pesquisa, e o olhar dos próprios moradores do Morro acerca de suas condições sociais e econômicas atualmente. Assim como afirma Barros (2007), um estudo completo para poder observar até mesmo aquilo que não foi intencional ou programado para o documentário.

Já nos estudos sobre as fontes, serão utilizadas outras metodologias, como: os estudos da memória, embasados nas elaborações de MONTENEGRO (2010); metodologia de análise de documentos históricos, a partir das observações sobre o contexto de urbanização da ilha de LOHN (2007) e ARAÚJO (2006). Montenegro será utilizado para analisar o livro *A Memória (1979) - Nossa Senhora do Desterro* e “*O Ensino de noções de Higiene nas escolas Públicas de Santa Catarina*” (1927) de Oswaldo Cabral, e nos relatos de Virgílio Várzea principalmente no capítulo acerca da formação do Maciço do Morro da Cruz. O Plano Diretor, escrito por Edvaldo Paiva *et al* em 1952; trechos do Jornal A República; e o Código de Posturas de 1889⁶ serão estudados a partir das elaborações dos dois historiadores⁷.

Nesse sentido, este trabalho de conclusão de curso buscou contribuir academicamente tanto ao desenvolvimento do estudo historiográfico voltado à urbanização nas capitais brasileiras no século XX, quanto à pesquisa acerca das consequências sociais desse processo enfrentadas até hoje por essa população. Além disso, esta monografia pretende ouvir aqueles que foram protagonistas da expulsão, tanto nos documentos oficiais e jornais, da década de 1940 -1960, quanto dos remanescentes desse processo que permanecem no Maciço do Morro da Cruz como testemunha viva⁸. A proposta é ouvi-los e incorporar suas interpretações nas análises como contribuição para que suas versões sejam aceitas para além de suas comunidades também, como documentos vivos da urbanização da ilha.

O Maciço do Morro da Cruz, de acordo com os estudos de André Santos (2009), foi ocupado entre meados do séc. XIX e XX, como resultado da contínua expulsão da população que se encontrava nos cortiços próximos da praça XV. O interesse da prefeitura na expulsão era aplicar um plano de reforma urbana, principalmente na região ao redor do prédio da

⁶ Código de Posturas: documento do estado que regia principalmente acerca dos elementos arquitetônicos autorizados e padronizados pelo governo da República, mas também legislava sobre ações e posturas. O documento municipal denomina-se: Código de Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Desterro (1889).

⁷ Alguns mapas e gráficos produzidos por André Santos (2009) e Elaine Doriguello (2012) foram incluídos e analisados neste trabalho como fontes de compreensão do Maciço do Morro da Cruz.

⁸ Talvez como uma ousadia de um trabalho principiante, mas não há como negar que há dedicação da parte da autora.

prefeitura e da catedral, para valorização da cidade aos moldes estrangeiros. O que André Santos nos apresenta, é que essa expulsão faz parte de um histórico de marginalização dessa população majoritariamente negra, que acabou, em 1940, ocupando o complexo de morros mais afastado. Naquele período, essa região recebeu diversos nomes, como o morro do hospital, mas hoje esse complexo de morros que se encontram sobre o túnel do centro é denominado Maciço do Morro da Cruz e este é o recorte espacial a que esta pesquisa irá se dedicar.

Tentando responder algumas dessas questões e entender a contínua negligência dos governos de Florianópolis com os problemas sociais enfrentados por essa população, que essa pesquisa foi realizada inicialmente. Ademais, no momento de escrita desse Trabalho de conclusão de curso, em meio a uma pandemia mundial, é impossível não observar os efeitos catastróficos sobre as regiões excluídas de acesso a políticas públicas e sociais básicas. Em Florianópolis, as comunidades sofreram desde a falta de água até mesmo repressão policial durante a quarentena obrigatória. Por isso, é tão caro o debate referente à desigualdade social na cidade e sua compreensão como parte de um processo longo de construção de uma cidade para poucos. Os problemas enfrentados pelo Maciço do Morro da Cruz não são só resultado de decisões do presente, a situação atual carrega resquícios da sua formação, ocupação e exclusão do restante da ilha. É nessa relação entre dois momentos históricos importantes no estudo de caso do Maciço do Morro da Cruz que esta pesquisa se encontra, buscando responder o que levou à manutenção e aumento da desigualdade social na região central de Florianópolis.

2 UM ESTUDO DO ESPAÇO: A CIDADE E OS ESTUDOS URBANOS

Este primeiro capítulo apresenta uma discussão bibliográfica entre os autores que utilizam da história espacial em suas análises e conceituam sobre território, cidade e o processo de urbanização relacionada à criação e desenvolvimento crescente da segregação e desigualdade. Ele tem como objetivo demonstrar porque a história espacial é primordial na análise da desigualdade social nos territórios e porque ainda hoje é necessário retornar aos estudos sobre urbanização nas cidades.

O espaço, enquanto elemento primordial da análise deste trabalho, parte, principalmente, da compreensão deste, enquanto lugar dinâmico das transformações da História, enquanto território das agências políticas, das alterações do urbano e da cidade.

O estudo espacial não pode ser visto como um elemento passivo e receptor das transformações econômicas e sociais, mas como parte intrínseca de uma análise sobre a cidade. De acordo com Santos (1993), é preciso se debruçar sobre o território e a sociedade, para melhor compreender as suas transformações e consequências sociais. Em seu livro, *A Urbanização Brasileira* (1993), ele afirma que o espaço no estudo da cidade não se trata de um aspecto à parte, mas sim um agravante dos problemas sociais já existentes. Fruto do sistema econômico capitalista, o espaço explicita melhor esses problemas sociais, ao espacializar as desigualdades em contexto de formação urbana e quando o espaço é incorporado à lógica de segregação e desigualdade, (SANTOS, 1993, p. 118). Isto é, quando já se tem um ambiente de baixas condições sociais mínimas e há um aumento de distanciamentos e marginalizações dessa região em relação ao centro da cidade, as condições que já eram precárias acabam se agravando, acumulando problemas de transporte, trabalho e renda. Ele acaba por contribuir no agravamento de determinadas situações.

Neste caso, se torna evidente a importância do olhar espacial sobre a presente problemática. Entretanto, por que ainda se voltar às cidades como terrenos dessa desigualdade e marginalização? E por que retornar aos estudos da urbanização no início do século XX? O que há de novo a se estudar?

A primeira pergunta é respondida com maestria pelo filósofo Henri Lefebvre, em sua obra "O Direito à Cidade" de 1968. Ele afirma que a Cidade é um sujeito e local das

transformações de processos globais que atinge cada uma de diferentes formas, resultando em mudanças nos seus ritmos, espaços, hábitos e reorganizando a sociedade (LEFEBVRE, 1968, p. 58). A Cidade, assim como o “espaço”, também não se limita a ser palco passivo dos acontecimentos, mas pelo contrário, é grande impulsionadora e “organizadora de exploração” principalmente no século XX, de acordo com o filósofo. Ele afirma:

“A cidade moderna intensifica, organizando a exploração de toda a sociedade(não apenas da classe operária como também de outras classes sociais não dominantes). Isto é, dizer que ela não é um lugar passivo da produção ou da concentração de capitais, mas sim que o urbano intervém como tal na produção (nos meios de produção)” (LEFEBVRE, 1968, p. 63).

O autor vai desenvolver mais sobre o papel ativo da cidade na produção dos problemas sociais em seu capítulo “Ao redor do Ponto Crítico”. Nele, Lefebvre aborda sobre como o desenvolvimento industrial em países em via de desenvolvimento, no final do séc XIX, acarretou em um despejo da população do campo e uma concentração urbana em larga escala nas cidades. O resultado foi a expansão crescente das cidades tanto em população quanto em estrutura, engolindo o campo e dando origem ao princípio dos primeiros processos de urbanização. Eles vão resultar, nesses países de desenvolvimento tardio, no chamado *Ponto crítico*⁹: as periferias urbanas (LEFEBVRE, 1968, p. 78). Resumidamente: “Este é o problema essencial. A dificuldade maior, teórica e prática, vem de que a urbanização da sociedade industrializada não acontece sem a explosão daquilo que ainda chamamos de cidade” (LEFEBVRE, 1968, 81).

Voltemos, então, à nossa pergunta inicial: “porque ainda se voltar às cidades como terrenos dessa desigualdade e marginalização?”. Se compreendemos, através de Milton Santos, que o recorte espacial é essencial para a compreensão da espacialização dos problemas sociais e para entender seu papel agravador no processo, a análise sobre a cidade é uma forma de recorte espacial. Mas, neste caso, diante de um contexto de início do século XX de desenvolvimento das indústrias e expansão das cidades, a escolha não poderia ser aleatória. As cidades do séc. XX, no pós industrialização, expandiram sem controle gerando os primeiros processos de urbanização.

⁹ Termo utilizado pelo filósofo Henri Lefebvre em sua obra “O Direito à Cidade” de 1968, para se referir às periferias urbanas resultantes da expansão descompassada das cidades.

Algumas leituras ingênuas da urbanização, entendem esse processo como parte da evolução natural das cidades e interpretam como uma contribuição para a expansão qualitativa, estética e social das cidades. Parcialmente essas argumentações estão certas, a urbanização faz parte do contexto de crescimento das cidades e contribuiu para mudanças estéticas marcantes na estrutura do urbano, mas foi a mesma que gerou a formação de grandes periferias e comunidades segregadas em países em vias de desenvolvimento e, talvez, um dos maiores desencadeadores da desigualdade social em capitais. É preciso se debruçar e buscar justificativas que vão além de uma linha de causa e efeito simplificada, neste quesito o autor David Harvey (2012) faz uma releitura da obra de Lefebvre trazendo novos elementos sobre a urbanização que contribuem muito para esse estudo.

De acordo com o Geógrafo, em seu livro “Cidades Rebeldes” de 2012, os Processos históricos de Urbanização pelo mundo aconteceram com essa cadeia de eventos, mas é preciso uma localização do contexto econômico mundial para compreender, principalmente, o que levou à urbanização das cidades após as expansões do capitalismo industrial. Harvey nos conta em seu livro, que o processo de urbanização nas capitais, não pode ser explicado somente pela vontade das elites em reformular os padrões de vida da cidade e se distanciar dos operários e trabalhadores. Ele é consequência também de um ciclo econômico, de um momento do capitalismo, no início do séc XX, onde havia um excedente de produção que havia necessidade de investir e, de acordo com Harvey, os projetos de urbanização mundiais respondem a essa necessidade. Ele afirma:

“O capitalismo fundamenta-se, como nos diz Marx, na eterna busca da mais-valia (lucro). Contudo, para produzir mais-valia, os capitalistas têm de produzir excedentes de produção. Isso significa que o capitalista está eternamente produzindo os excedentes de produção exigidos pela urbanização. A relação inversa também se aplica. O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir. Dessa maneira, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. Não surpreende, portanto, que as curvas logísticas do aumento da produção capitalista sejam, com o tempo, muito semelhantes com as curvas logísticas da urbanização da população mundial” (HARVEY, 2012, p.30).

Por isso, a urbanização vem como uma proposta de se aplicar esse excedente sobre as cidades, utilizando de argumentos muitas vezes higienistas, estéticos, nas grandes reformas e

humanistas, mas se tinha, de fundo, um interesse de que a taxa de lucro voltasse a subir (HARVEY, 2012, p. 30).

O geógrafo apresenta como exemplo um dos maiores projetos de urbanização da história, o de Haussmann na França em 1853, que foi usado como padrão urbano por muitas capitais. De acordo com o autor, já se tinha conhecimento pelo urbanista, de que o projeto primordialmente cumpria a função de investir o excedente de produção francês através de reformas na cidade, mas, assim como em outras capitais, outros interesses dos agentes políticos e econômicos também guiavam o processo (HARVEY, 2012, p. 34).

O que Harvey nos proporciona de diferencial em sua análise é a ampliação da escala e uma compreensão das tendências do capitalismo global nos processos de urbanização das capitais brasileiras, mas o que ele deixa a desejar, nesse movimento, é a escala micro onde se observam as intenções dos agentes locais e suas *estratégias de classe*¹⁰ acerca do projeto de urbanização. Uma das grandes contribuições de Lefebvre é a mediação de análise entre as duas escalas e a sua discussão sobre *estratégias de classe* coletivas da burguesia, condicionadas pelas tendências econômicas, em pensar as reformas da cidade e, conseqüentemente, a expulsão da população mais pobre dos centros urbanos. Interesses de reformas da cidade que respondiam também a tradições de classe, costumes higienistas e a uma tentativa de se distanciar da população mais pobre (LEFEBVRE, 1968, p. 98).

Apesar das diferenças qualitativas na escolha de escalas de análise feita por ambos os autores, em geral, Lefebvre e Harvey apresentam a mesma argumentação central: os primeiros processos de urbanização nas capitais europeias, final séc XVIII-início do séc XIX, são resultados de uma cidade condicionada às necessidades da economia capitalista e guiada por uma estratégia da classe burguesa. E os processos de urbanização nos séculos seguintes? E os países chamados pelos autores de “em vias de desenvolvimento”?

O professor Orlando dos Santos Junior¹¹, nos proporciona em seu texto de 2014¹², uma análise comparativa entre Lefebvre e Harvey, apresentando as principais ideias de ambos os autores e demonstrando a base teórica comum entre eles e seus objetivos em estudar a

¹⁰ Não à toa esse termo foi utilizado aqui, ele faz parte de uma contribuição importantíssima de Lefebvre (1968) em seu livro “O Direito a Cidade”.

¹¹ Doutor em Planejamento Urbano e regional pela UFRJ, professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

¹² *Espaços Urbanos e coletivos, heterotopia e o Direito à cidade: reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre*, publicado em 2014 pela primeira vez.

cidade e a urbanização. Tais comparações apresentam justificativas que nos ajudam a responder as perguntas levantadas. De acordo com Santos, os processos de urbanização vão acontecendo de diferentes formas ao longo dos séculos, se repetindo e se reinventando, caminhando em conjunto com a história da cidade. De acordo com o cientista social, a urbanização não responde apenas a um momento de crise do excedente capitalista, mas ela faz parte da própria produção e reprodução da cidade. Cada vez mais necessária, cada vez mais aprofundada, gerando crises ambientais e sociais (SANTOS JUNIOR, 2014, p. 205). É evidente que os problemas de uma urbanização da cidade hoje são extremamente diferentes do momento de desencadeamento desse processo, hoje enfrentamos os problemas sociais de uma cidade neoliberal e os interesses nos projetos de urbanização são outros, mas os questionamentos sobre os problemas sociais desencadeados e a disputa pelo Direito à cidade¹³ permanecem (SANTOS JUNIOR, 2014, p. 208).

Nesse sentido, é preciso sempre voltar a olhar à urbanização nas cidades, em seus contextos históricos e localizações econômicas específicas, para assim compreender a produção de segregação e, posteriormente, a desigualdade produzida e desenvolvida na cidade. Darvey e Lefebvre deram os primeiros passos para nos apresentar a relação à produção capitalista e as estratégias de classe condicionando a urbanização nas cidades, mas ambos ressaltam as variações dessa argumentação nos países de desenvolvimento tardio ou de terceiro mundo. É preciso mergulhar nos estudos da urbanização no Brasil para compreender melhor o recorte espacial e temporal deste trabalho e embasar as análises posteriores.

2.1 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL

Essa segunda parte baseia-se na articulação de dois argumentos: o primeiro, acerca do desenvolvimento da urbanização brasileira a partir do recorte temporal deste trabalho final do séc. XIX e início do séc XX, utilizando Milton Santos (1993) e Ermínia Maricato (2000); e o segundo, referente aos projetos de planejamento urbano elaborados e efetivados nas capitais brasileiras nesse mesmo contexto, utilizando Elson Pereira (2011) principalmente.

¹³ Termo utilizado pela primeira vez por Henri Lefebvre e posteriormente por David Harvey, no sentido de disputa da cidade, não se limitando à conquista de direitos democráticos (moradia, transporte, água). Henri Lefebvre define, em sua obra, como: “O direito à Cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização; ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade” (LEFEBVRE, 1968, p. 134).

A proposta foi buscar entender tanto as especificidades da urbanização no período supracitado em um país de industrialização tardia, capitalismo de periferia mundial e segregação social crescente como modelo organizador da cidade, quanto entender a inserção e participação dos projetos de planejamento urbano nesse mesmo contexto, suas referências e tradições intelectuais correspondentes.

De forma geral, os processos de urbanização no Brasil no séc XX dialogam com algumas tendências internacionais: a divisão internacional da produção industrial; a divisão social do trabalho; a ideologia de crescimento e desenvolvimento; e as reformas parciais e funcionalistas das consequências de uma urbanização acelerada. Estas condicionaram as características de formação da urbanização brasileira do séc XX.

As duas primeiras impulsionaram as transformações econômicas no território brasileiro. De acordo com Santos (1993), o Brasil possui um lugar específico na economia internacional, como um país subdesenvolvido, ele responde às demandas dos países desenvolvidos cumprindo papéis inferiores, mais iniciais na divisão da produção. É a chamada divisão internacional do trabalho, onde o Brasil se encontra atrás na corrida do desenvolvimento, quando comparado com outros países Europeus e desenvolvidos, ofertando produtos primários. Não se trata de um simples descompasso temporal, trata-se de um descompasso síncrono nas escalas de desenvolvimento em relação aos outros países, respondendo a cada função necessária na divisão internacional do trabalho (SANTOS, 1993, p. 115).

Adentrando mais especificamente sobre as características da urbanização no Brasil, a economia internacional repercute de forma muito diferenciada. De acordo com Santos (1993), na metade do séc XIX temos implementação de estradas, portos, meios de transporte avançados, sistema social integrado, formas capitalistas de produção mais avançadas e uma divisão social do trabalho, enquanto no Brasil o primeiro momento da industrialização foi acontecer em meados de 1930. Um processo tardio, se comparado a Europa, que respondia às condições políticas que se tinha e ao mercado interno que avançava. Já nas décadas de 1940 e 1950, ainda de acordo com o autor, havia uma complexidade dessa indústria muito grande, o que fez com que essas demandas do mercado nacional avançassem. Dessa forma, fez com que o território nacional se integrasse com outras regiões. Cada vez mais o espaço da cidade se expandiu e engoliu o campo, expandindo o consumo e as cidades e a população urbana (SANTOS, 1993, p. 12). Ele afirma: “Divisão social do trabalho ampliada, que leva a uma

divisão territorial ampliada, soma-se o fato de que as diferenciações regionais do trabalho também se ampliam” (SANTOS, 1993, p.55).

Ademais, esse período de industrialização complexa com as características já apontadas e com a base econômica se colocando em escala nacional, se encontra com uma ideologia de crescimento no pós 64. De acordo com Santos, a junção dessa ideologia junto do capital hegemônico na ditadura militar, desencadeou diversos processos de transformações urbanas e desenvolvimentos movidos por essa modernização. Santos traz em seu livro que o processo de urbanização no Brasil não se explica sem compreender a industrialização e a modernização, pois são as duas grandes características de compreensão do processo de urbanização brasileiro. Ele ainda afirma: “A modernização é o principal elemento motor dessas mudanças, acarretando distorções e reorganizações variáveis segundo os lugares mais interessantes a todo território” (SANTOS, 1993, p. 115).

Além de Santos, Ermínia Maricato faz apontamentos importantes sobre características da urbanização brasileira no início de seu texto de 2000. A arquiteta, apesar de ter um enfoque no histórico do planejamento urbano no Brasil e as influências que carrega, aborda como introdução, um detalhamento do que ela compreende ser elementos essenciais para entender o contexto da urbanização na realidade brasileira (MARICATO, 2000, p. 150). Ela reafirma os aspectos trazidos por Santos, sobre as condicionantes da economia internacional e dos planejamentos europeus, mas destaca o histórico da disputa por terra no Brasil como um diferencial marcante na produção da realidade social que observamos no início da industrialização e que temos hoje. Ela destaca heranças coloniais, as relações de poder regionais, as legislações e as expulsões constantes e necessárias às habitações populares no início desse processo: os cortiços.

“O processo de urbanização será marcado fortemente por essa herança. Embora a urbanização da sociedade brasileira se dê praticamente no século XX, sob o regime republicano, as raízes coloniais calçadas no patrimonialismo e nas relações de favor (mando coronelista) estão presentes nesse processo. A Terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades. A legislação é ineficaz quando contraria interesses de proprietários imobiliários ou quando o assunto são os direitos sociais” (MARICATO, 2000, p. 150).

Importante destacarmos dessa parte que, falar de urbanismo e planejamento urbano, principalmente de caráter histórico no Brasil, não é falar apenas de uma história das ideias, mas a história de sua aplicação no território brasileiro e suas consequências para o seu povo.

As cidades brasileiras se urbanizando de forma acelerada e expandindo sua população sem controle, são também, por consequência, uma grande geradora de pobreza, de acordo com Santos (1993).

“A Cidade em si, como relação social e materialidade, torna-se criadora da pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial” (SANTOS, 1993, p. 10).

Santos (1993) fala sobre as consequências do processo de urbanização no Brasil. Emprego, habitação, transporte, lazer, água, esgoto, habitação, saúde, são os principais problemas que a grande expansão da cidade, essa urbanização crescente e descompassada, resultou em meados do século XX. Problemas esses que são cada vez mais perceptíveis e crescentes na cidade a partir do aumento da sua urbanização, na década de 50. Diferentemente de outros países desenvolvidos em que a suburbanização é a tendência de segregação espacial que recai sobre a população mais pobre, no Brasil, o processo de formação das cidades gera uma grande periferização desse setor mais precarizado (SANTOS, 1993, p. 86). Esse modelo de centro e periferia, baseado na segregação espacial pós urbanização, no desenvolvimento econômico das cidades e na espacialização da divisão social do trabalho também recebe apoio da elite da cidade¹⁴. Essa que está interessada, na verdade, no controle da estética e organização da cidade e pela manutenção das condições de desigualdade entre a população (SANTOS, 1993, p. 87).

“Nessas condições o crescimento urbano é também o crescimento sistêmico dessas características”(SANTOS, 1993, p. 106), afirma o geógrafo. Nesse caso, principalmente, da pobreza e da desigualdade da cidade. A carência de infraestrutura, o tamanho urbano, o modelo rodoviário, a especulação imobiliária, os problemas de transporte e a periferização da população são as principais consequências interdependentes da cidade. Aqui a resposta se encontra em uma mistura de Milton Santos (1993) e Maricato (2000). A cidade, como hoje funciona, precisa desses lugares excluídos (ou fora do lugar) para dar-lhe funcionamento em razão de uma camada social que lucra com essa desigualdade. Isto é, não existe uma cidade em que a desigualdade não exista, porque é preciso que ela exista para que exista cidade.

¹⁴ Referência tanto a uma elite intelectual política, detentora de cargos administrativos e por isso representante das decisões acerca das reformas urbanas, quanto, e principalmente, de uma elite parte da burguesia industrial da cidade, dona dos seus meios de produção e detentora da taxa de lucro.

Maricato (2000) traz em seu texto como a cidade é feita de *lugares* e de *não lugares*¹⁵. Santos (1993) vai dizer como a produção de pobreza é parte do desenvolvimento da cidade e Harvey (2011) vai explicar justificando a necessidade do sistema econômico urbano de que haja exclusões, pautadas por projetos de urbanização, para o investimento dos excedentes de produção em períodos de tempo¹⁶.

Essa é a característica da cidade brasileira em processo de urbanização que esse texto se propõe a destacar. Evidentemente, como foi falado anteriormente, todo esse processo de formação da cidade brasileira carrega elementos de influência da economia internacional e do histórico conservador e coronelista na disputa por terra no Brasil. Entretanto, nesse período de aceleração da urbanização, há um desencadeamento maior da segregação social e desigualdade a partir da reorganização econômica, política e social das capitais. E é neste aspecto que este trabalho busca se debruçar.

A segunda questão a ser tratada neste tópico, se refere diretamente aos processos de planejamento urbano pensados para o Brasil, dialogando com os principais exemplos e tradições europeias que o influenciaram. A ideia foi entender quais eram os interesses na idealização e efetivação desses planos e quais foram suas consequências e repercussão.

Maricato demonstra (1993) tanto que a urbanização foi um dos processos que mais gerou desigualdades no Brasil, como também trouxe como o planejamento urbano se apresenta como um instrumento de dominação ideológico para reforçar a importância dessas transformações na cidade. Um instrumento responsável por mascarar seus problemas, deixando à vista apenas a cidade planejada para poucos, a cidade legal, esteticamente pensada, além de desencadear processos especulativos que reproduzem mais desigualdade.

Os projetos de planejamento Europeu, tratam de uma questão de estética, ideal de cidade reproduzida pelas elites locais. O planejamento urbano produzido no Brasil, nessa época, buscava muito um funcionalismo da cidade, entendia-se que era necessário refazê-la, para que ela fosse melhor utilizada de acordo com o cotidiano que as pessoas deveriam responder, baseado principalmente em Le Corbusier (1959)¹⁷. Grande parte desse

¹⁵ A autora utiliza termos como “fora da lei”, “não cidade” ou “não lugares” para se referir às ocupações periféricas, ou favelas. Mesmo quando os planos deste contexto se propunham a pensar soluções aos problemas urbanos, excluía as periferias na análise.

¹⁶ Três autores que abordam o mesmo argumento, mas escrevendo com suas palavras e trazendo seus próprios acúmulos acerca da necessidade da exclusão para que haja o funcionamento da cidade.

¹⁷ LE CORBUSIER. *L'Urbanisme des Trois Établissements Humains*. Paris: Minuit, 1959.

planejamento não conseguiu se efetivar nas cidades brasileiras, tanto Pereira (2011) quanto Maricato (2000) falam como eram exemplos que não cabiam à realidade brasileira porque se tratavam de contextos diferentes, com uma economia, espacialização e condições sociais diversas. Porém, alguns deles inspiraram a atuação sobre as capitais brasileiras, como afirma Maricato:

“ Até mesmo nas décadas de 1930 e 1940, ainda é possível ver a implantação de planos de embelezamento, acompanhados da preocupação com a infraestrutura urbana, em especial, circulação e saneamento. Como lembra Villaça, foi sob a égide do embelezamento que nasceu o planejamento urbano brasileiro (p. 193). A inspiração era fundamentalmente europeia e mais marcadamente francesa (Rezende, 1999). O plano Pereira Passos de 1903, para a cidade do Rio de Janeiro, foi cumprido à risca. De acordo com Villaça, isso nunca mais viria acontecer. Os Planos Agache para o Rio e Prestes Maia para São Paulo, em torno dos anos 1930, foram cumpridos, mas nada além da proposta viária” (MARICATO, 2000, p. 137).

Além disso, ela aborda a ditadura militar citando como foi o momento de mais incentivo à urbanização modernista no Brasil, momento de criação do FNDU (Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano) e da CNPURM (Comissão Nacional de Políticas Urbanas e Regiões Metropolitanas). Conseqüentemente, entre os anos 1970 e 1980, Maricato relata como a urbanização no Brasil, seus planos e processos, foram tema de diversos estudos, teses, dissertações acadêmicas principalmente na área de arquitetura (MARICATO, 2000, p. 138).

Independente da porcentagem de cidades em que os planejamentos urbanos, baseados no modelo Europeu, foram aplicados, foi possível perceber como a tentativa de planejar a cidade, partindo principalmente desses exemplos europeus, gerava cada vez mais desigualdade social, pois respondia ao interesse econômico, a um projeto comercial, a um interesse de uma classe etc. Pereira (2011) nos fala que a importação desses projetos eram incoerentes com a realidade brasileira por se tratar de cidades com características espaciais, formações sociais e históricas e realidades diferentes. Havia uma incoerência entre o planejamento do tipo funcionalista europeu com o contexto brasileiro, por conta tanto do estágio de desenvolvimento tardio que se encontrava o Brasil, tanto quanto com as características segregadoras da organização do espaço.

Hoje sabe-se bem que esses planejamentos europeizados, desde seu surgimento no Brasil, cumpriram um papel de argumentação ideológica para a manutenção desses processos de desigualdade e pobreza. Não se tratou apenas de uma demanda estética e utópica sobre as

idades brasileiras idealizadas pelas elites, mas respondeu também ao projeto econômico de classe e manutenção da taxa de lucro (MARICATO, 2000, p. 125).

As recentes teorizações acerca dos planos urbanos, que discutem a desigualdade social e a precarização, concluem que os problemas atuais enfrentados pelas cidades são frutos da falta de planejamento das mesmas, sendo possível resolvê-los por uma simples participação popular nos projetos e planos diretores.

O que Maricato (2000) diz, é que uma análise espacial qualitativa e cuidadosa sobre organização da cidade, demonstra que uma simples participação do povo nos planos diretores não garante o fim da exclusão. Hoje a cidade só funciona garantindo as altas taxas de lucro para os seus agentes organizadores e existindo lugares excluídos. A organização espacial da cidade funciona a partir de uma divisão social do trabalho, as diferenciações de renda e a precarização de um setor da população. A espacialização da desigualdade é importante para que funcione a estratégia de cidade necessária para esses grupos detentores das taxas de lucro (MARICATO, 2000, p. 140).

3 URBANIZAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS: UM PROJETO DE POBREZA, UM PROBLEMA DO SÉCULO XX

Partindo das compreensões de Lefebvre (1968), sabe-se que todo processo de urbanização responde a dois grandes eixos balizadores: as pressões e transformações do sistema econômico vigente, a partir dos avanços do capitalismo industrial no período; e a influência dos modelos ideológicos de desenvolvimento, o espectro de modernidade e progresso (SANTOS, 1993, p.119).

O primeiro, já bastante debatido no capítulo anterior, relaciona-se ao contexto de desenvolvimento industrial, de expansão das cidades, da divisão social do trabalho, do desenvolvimento tecnológico, do aumento da produção e a conseqüente marginalização da população (HARVEY, 2012, p.48). Entretanto, não se pode esquecer de citar a diversidade regional que a industrialização adquire nos polos e núcleos urbanos, a partir das especificidades da formação socioeconômica de cada cidade e de que maneira isso influencia nos seus projetos (SANTOS, 1993, p.45). O caso de Desterro, apresenta características importantes de desenvolvimento comercial do porto e de indústrias locais, além da variabilidade nos setores do trabalho administrativo e construção civil (VEIGA, 2010, p.147).

De acordo com Camilo Araújo (2006), durante o século XIX, as principais atividades econômicas de Florianópolis se baseavam na venda dos excedentes de agricultura e pesca no mercado central, administração pública, comércio interno e exportação de produtos através do porto (ARAÚJO, 2006, p. 30). Gradativamente, o comércio marítimo dos produtos foi se reduzindo, a partir de um decreto que proibia a entrada de grandes navios na baía da ilha, o que diminuiu a diversidade de atividades econômicas da capital (LOHN, 2002, p.84). Apenas em meados do séc. XX que começam a surgir outras atividades econômicas, como as construções urbanas e as pequenas indústrias geradoras de trabalho.



Figura 1: Porto de Desterro - acervo da Casa da Memória de Florianópolis (final séc. XIX). (GONÇALVES, 2015, P. 28).

Já o segundo eixo, se desenrola a partir da agência e interesse de uma elite comercial nascente, na ilha, que buscava desenvolver novas atividades econômicas na cidade, a partir das ideias de progresso e modernidade, para responder aos seus interesses de classe. O que vai se desenvolver melhor ao longo do capítulo é que mesmo sendo dois eixos distintos, tendências econômicas do capitalismo industrial e a ideia de modernidade e progresso, estavam intrinsecamente interligados na formação da cidade e nos processos de urbanização. Ademais, a projeção do desenvolvimento econômico na Ilha evidentemente respondia a uma tendência nacional à urbanização relativa ao crescimento do capital industrial, mas também era muito almejado pelas elites locais, já que não recebia tanto incentivo e financiamento pelo governo da república. Esses agentes eram os responsáveis pelas decisões políticas que impulsionaram grande parte das mudanças urbanas e reformas em Florianópolis, evidentemente movidas pela ideia de progresso, mas também, e principalmente, porque era um projeto lucrativo a seus próprios fins (LOHN, 2002, p. 260).

Referente às elites comerciais de Florianópolis, é possível identificar suas agências tanto na aplicação dos documentos do Estado que chegavam aos órgãos públicos, quanto nas medidas de reformas e reestruturação Urbana que eram justificadas pelo comércio. Entre alguns desses documentos, podemos citar o chamado “O Código de Posturas” de 1889, criado pela Câmara Municipal da Cidade do Desterro, que projetava os padrões sociais e urbanos que a comunidade de Florianópolis deveria ter e estabelecendo padrões arquitetônicos para que fossem seguidos nas capitais modernas (VEIGA, 2010, p.138).

Além deste, o Plano Diretor de 1952. Efetivamente o primeiro documento que apresentava propostas de reformas urbanas na cidade, seguindo os interesses da elite mercantil de impulsionar as atividades comerciais, foi em 1952. Nesse ano, surge a primeira proposta de Plano Diretor para Florianópolis, no sentido de reformular a ilha buscando modernizá-la, desenvolver sua economia e melhorar o poder aquisitivo de sua população¹⁸ (ARAÚJO, 2006,p. 45). Muito do que foi proposto no Plano de 1952 não foi efetivado, mas grande parte de suas ideias se projetaram no ideal de cidade das oligarquias e do poder público, que também respondia à demanda nacional de progresso e desenvolvimento das capitais¹⁹ (LOHN, 2002, p. 81). Um dos principais resultados foi o investimento na construção civil, a ampliação das vias, verticalização de construções, reformas na praça XV (ARAÚJO, 2006,p. 47).

“Neste século a cidade continuou crescendo lentamente e se densificando, junto à primitiva praça principal. O crescimento do intercâmbio entre a península e o continente (Estreito) determinou a construção da grande ponte pênsil Hercílio Luz, que, além de atender a uma necessidade premente, veio criar uma nova e atraente característica na paisagem urbana. Atualmente , a razão de ser de Florianópolis é, ainda e principalmente, a sua função de capital do Estado ou, mais exatamente, a de sede do Governo Estadual. Florianópolis está atrasada, do ponto de vista industrial e comercial e o seu "hinterland " não atingiu um nível econômico capaz de sustentar uma grande cidade moderna” (PAIVA, 1952, p. 12)

Entre as reformas urbanas, havia uma centralidade de interesse, dessa elite, em garantir melhorias nas condições urbanas da cidade para seus próprios fins. Para além de uma simples resposta às transformações econômicas, como já citado anteriormente, esse grupo era permeado constantemente pelo espectro de “progresso” e “modernidade” que chegava a Florianópolis um pouco mais tardiamente do que às outras capitais (LOHN, 2002,p. 81). De acordo com Araújo (1989), os ideais de progresso e modernização tiveram grande influência nas políticas do governo da República, tendo como marco as Reformas Sanitaristas e políticas de “Higienização” usadas nas capitais. Em Florianópolis, as elites eram as principais

¹⁸ Nesse momento surge uma das primeiras ideias da ilha como turística e impulsionar infraestruturas para garantir esse acesso e investimentos na indústria. Os arquitetos destacados para esse trabalho citavam os casebres nos morros, os cortiços e as chácaras nos perímetros urbanos como um problema (ARAÚJO, 2006,p. 45).

¹⁹ De acordo com Lohn (2002), nesse contexto também havia uma disputa entre três diretrizes referentes aos encaminhamentos a se seguir das atividades econômicas a partir das reformas urbanas realizadas no séc. XX: “havia um primeiro grupo que acreditava no desenvolvimento da cidade na implementação da universidade; um segundo grupo que defendia o ideal do nacional-desenvolvimentismo, de que o crescimento econômico só seria possível através da industrialização; e um último grupo que já estava então acreditava no turismo como única forma de tirar o capital do marasmo econômico” (LOHN, 2002, p. 77).

responsáveis pela apropriação das determinações do poder público e aplicação de alterações urbanas justificadas pela políticas de saneamento e higienização unidas às noções de progresso e modernização da capital, justificada para melhores condições do comércio e da população (ARAÚJO, 1989, p. 19).

"a educação do nosso povo , que será a sua incorporação real a civilização, - só se fará, não quando ele souber ler e escrever, e puder ser eleitor, mas quando for obrigado a construir sua habitação obedecendo às prescrições higiênicas, e forçado a destruir ou afastar dela os insetos e os parasitas causadores de moléstias transmissíveis e prejudiciais à coletividade (CABRAL,1927, nº39).

Neste trecho mostra um aspecto interessante usado na argumentação dessas elites. Além de construírem uma posição a favor das reformas urbanas e modernizações da cidade em diálogo com as políticas sanitaristas e higienistas do período, buscavam se respaldar nos profissionais e na chamada "ciência" para justificar suas ações. Não era essa, de fato, a motivação primordial, mas ela foi usada no convencimento público e popular do povo de Desterro.

Dessa forma, já no início do século XX, buscou-se a construção civil e os investimentos externos para dar fluxo à economia local e impulsionar o desenvolvimento da urbanização em Florianópolis (VEIGA, 2010, p.146). Esta que teve como grandes marcos, a construção da Ponte Hercílio Luz; reforma do Palácio do Governo, investimentos em serviços públicos e trabalhos nos setores administrativos, produziu, também, um status privilegiado²⁰.

André Santos (2009), em sua tese, faz um estudo aprofundado sobre a espacialização da pobreza em Florianópolis ao longo dos séculos, começando pelas ocupações açorianas, até as reformas urbanas das décadas de 30 e 40. Ele afirma que é, a partir desse contexto, no final do século XIX e início do séc. XX, que se explicita o que ele chama de "territorialização da pobreza", com uma agência consciente e planejada da elite de Florianópolis em determinar o espaço urbano.

²⁰ Entre os anos 1940 e 1950, a ilha ainda trazia um cenário contraditório de um espaço urbano em crescimento e vários resquícios de um espaço rural remanescente e é nesse intermédio que se disputava a mudança ou manutenção de Florianópolis como capital. Ademais, era esse o cenário da cidade que vivenciaram diversas transformações urbanas em prol de avanços modernos e econômicos necessários para melhorias no padrão de vida provinciano e atrasado e na diversidade de atividades econômicas. Foi nesse período que o espaço urbano mudou drasticamente na antiga Desterro (ARAÚJO, 2006, p. 43).

“a população pobre de Florianópolis não se beneficiava nos processos de mudança urbana que foram empreendidos na cidade. Ao contrário, as mudanças empreendidas pelo Estado e as classes dominantes impuseram deslocamentos e pioraram as condições gerais da vida dos mais pobres no momento imediato a cada mudança” (SANTOS, 2009, p.36).

A partir desses elementos, é possível efetivamente entender a quais condicionantes e interesses respondia o projeto de urbanização de Florianópolis.

Uma urbanização que responde às tendências de avanços socioeconômicos e à modernização nacional, mas que, principalmente, é projetada e aplicada por uma elite florianopolitana articulada em promover um “reajustamento social da população” a partir dos próprios desejos burgueses de organização social e territorial. Um projeto que foi pensado, não de forma linear e conscientemente por todo coletivo, mas como uma *estratégia de classe*²¹, em prol dos interesses da elite vigente (SANTOS, 2009, p.36). Uma urbanização alicerçada na desigualdade social e produtora de pobreza, por isso o título dessa primeira parte. Um projeto de pobreza, porque na prática o projeto de urbanização pensado e efetivado em Florianópolis desencadeou uma aceleração da marginalização espacial causada pelo aumento da pobreza. Cenário resultado de um crescimento urbano que se equilibra sobre a desigualdade de enriquecimento da burguesia comerciante, e posteriormente industrial, em contrapartida há um empobrecimento dos setores mais marginais. O que será possível ver mais adiante, neste trabalho, é que não se tratou de um projeto idealizado pela elite comercial que não saiu do papel, mas um projeto de urbanização gerador de uma pobreza espacializada, em Florianópolis. Nos próximos momentos deste capítulo, será possível entender, as consequências desse processo na formação das periferias e comunidades da cidade, e como momento desencadeador de uma desigualdade social ainda em vigor.

3.1 FORMAÇÃO DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ

²¹ Termo usado por Henri Lefebvre em seu texto: “O Direito à Cidade” (LEFEBVRE, 1968, p. 63).



Figura 2: A imagem retrata um dos mapas produzidos no estudo preliminar de Florianópolis para a elaboração do plano diretor de 1952. Nesta imagem, os autores definem as regiões de ocupação dos Morros, circuladas no próprio mapa, como: “áreas em que se encontram agrupamentos desordenados de habitações de baixíssimo padrão” (PAIVA, 1952, p. 17).

O estudo da desigualdade social em Desterro como reflexo dos processos de urbanização do final do século XIX e início do XX, perpassam invariavelmente uma pesquisa acerca das segregações espaciais da pobreza na Ilha, como já afirmado na primeira parte do capítulo II. Doriguello fala muito da importância de uma periferia da cidade para a manutenção do outro setor e que isso acontecia em diversas cidades de países subdesenvolvidos durante o capitalismo industrial (DORIGUELLO, 2012, p. 131). Por isso, esta segunda parte do capítulo irá se debruçar sobre a formação do complexo do Maciço do Morro da Cruz nesse período histórico, destacando como suas características apresentadas exemplificam este projeto histórico de pobreza na ilha. Isto é, a cidade sendo disputada por projetos e agências de urbanização, que fazem de seu território instrumento primordial para a garantia do modelo socioeconômico de reorganização espacial de segregação e exploração (LEFEBVRE, 1968, p.47). Essa segunda parte busca demonstrar o argumento desenvolvido no início deste capítulo. A formação do Maciço do Morro da Cruz não é um simples dano

colateral do processo de urbanização da ilha, esse espaço marginal e empobrecido é um esboço do projeto efetivado na capital.

Para tanto, este capítulo partirá de uma compreensão do processo de ocupação do Morro desde o início do séc. XIX, baseado nas pesquisas de Elaine Doriguello (2012). A autora faz um retrospecto sobre o início das ocupações no Maciço do Morro da Cruz em três etapas: a primeira se resume à subida ao morro pelos escravos recém libertos, viajantes, marinheiros, soldados e outros grupos pertencentes às classes menos favorecidas; em um segundo momento, como resultado das reformas sanitaristas na região central, onde a população pobre foi expulsa das casas e terrenos próximos ao córrego da Bulha (com sua canalização) e expulsos dos cortiços; e o terceiro com os alargamentos das vias e impulsos à construção civil, onde os trabalhadores da construção da ponte Hercílio Luz, subiram o morro por ser uma das poucas opções de terra disponível para ser ocupada em Florianópolis naquele período (DORIGUELLO, 2012,p. 132). Sobre a primeira etapa ela afirma:

“A ocupação inicial do Morro da Cruz ocorreu de maneira distinta em pelo menos três etapas. A primeira delas a partir da metade do século XVIII, quando pessoas de mais variadas origens vão habitar as encostas do Morro da Cruz, no entanto aqueles que procuram essa região são aqueles que estão à margem da população da época. Entre eles estão os negros alforriados, escravos fugidos, marinheiros, soldados pobres e acorianos, pois foi também refugio destes durante as invasões espanholas. Todos por algum motivo se exilavam, voluntariamente se refugiavam nas suas encostas e matas. Esse primeiro período se estendeu, praticamente, por quase todo o século XIX. E foi um período de lenta ocupação, onde muitos procuravam os caminhos de mediação que atravessavam o morro como local de refúgio” (DORIGUELLO, 2012, p. 132).

André Santos (2009) afirma que em meados do séc. XIX, o Maciço era ocupado por soldados de batalhões, homens mais pobres, escravos fugidos e libertos e que como Florianópolis era uma cidade portuária, recebia uma circulação de pessoas muito grande. Viajantes, ex-soldados, marinheiros, entre outros, se alocavam todos no Morro. Nesse período, o comércio portuário era mais intensificado resultando em frutos econômicos importantes para a cidade, envolvendo trocas nacionais e estrangeiras (SANTOS, 2009, p. 248).

No século XIX, em Desterro, havia uma elite mercantil²² que se enriqueceu a partir da escravidão, do comércio de farinha e de negócios vinculados à exportação dessa produção de farinha. Essa elite foi se formando como classe mais posteriormente. Esse comércio através do Porto foi essencial para o enriquecimento desse grupo, mas também para a ilha, na formação de seu capital comercial²³. Essa elite mercantil vai se consolidando enquanto classe social, investindo cada vez mais em espaços comerciais e passando a disputar os espaços políticos contra a chamada “velha elite burocrática”²⁴. Os relatos de Oswaldo Cabral são elucidativos para entender o contexto econômico e social e o processo de formação dessa nova classe comerciante em Florianópolis.

Esse distanciamento que era econômico passa a ser também espacial, a partir dessa população expulsa para os morros. Já se observava uma espacialização da pobreza. Essa ilha que estava se colocando no comércio portuário, e era também uma região de passagem da navegação, traz um crescimento dessa classe comerciante, alterando: as relações sociais, a espacialização da ilha, a organização econômica da cidade, as relações de trabalho, hierarquia social, entre outras coisas (SANTOS, 2009, p. 268). Santos (2009), afirma:

[...] enquanto alguns enriqueciam, a escravidão dos negros e a impossibilidade de trabalho e de terra aos livres mestiços e libertos significava uma nova pobreza. Uma crescente população mestiça que passaria a viver em áreas específicas da cidade e um comércio tomando áreas próximas ao mar e ao porto separando os mais pobres, realçando uma pobreza que durante o século XIX passaria a ser cada vez mais espacial e visível na cidade (SANTOS, 2009, p. 232).

Antes do início do séc. XX, as atividades portuárias eram centrais nas atividades econômicas e foram essenciais nas transformações da capital. Até meados do século XIX, grande parte do comércio dependia da circulação pelo porto. A partir desse aquecimento comercial da circulação portuária, se tem processos de transformação da cidade que são

²²Elaine Doriguello afirma que, ao final do século XVIII, a elite mercantil de Florianópolis enriquecia através do controle do comércio de farinha, e outros produtos para a corte do Rio (DORIGUELLO, 2012, p. 142).

²³ André Santos cita uma frase importante acerca desse ponto: “O processo de formação do capital comercial em Desterro foi complexo e teria incluído roubo ou contrabando, a sonegação e o uso de mão de obra de escravos marinheiros” (SANTOS, 2009, p. 249).

²⁴ De acordo com Hermetes Araújo, essa velha elite de Latifundiários, que foi perdendo espaço à classe de comerciantes exportadores, era formada por um antigo setor administrativo da ilha estabelecido desde o início das imigrações açorianas. Formada majoritariamente por militares e representantes políticos da época (ARAÚJO, 1989, p. 67).

resultado dessas novas necessidades da elite comercial. Havia uma nova preocupação política dessa classe em buscar mais influência na cidade a partir das reformas, transformações e mudanças na estética da cidade. O que, mais para frente, vai se observar como parte de um projeto de urbanização da cidade, alicerçado por essas políticas de modernização e sanitárias, utilizadas em outras capitais do Brasil.

Neste contexto de final do séc. XIX, que o governo da ilha, apoiado por essa classe comerciante, realiza uma nova reorganização e ajustamento social, resultando em grande expulsão da população pobre das áreas mais centrais da Cidade. Como Hermetes Araújo (1989), fala, tornam-se cotidianos os deslocamentos e expulsões oriundas do não cumprimento dos padrões arquitetônicos das fachadas, de saneamento e higiene das casas. Havia um grande apelo das elites à limpeza dos bairros centrais para a valorização e especulação de determinados terrenos (ARAÚJO, 1989, p. 22).

“Os habitantes que formavam população de pescadores, Lavadeiras, biscateiras, carregadores, trabalhadores do porto, meretrizes, mendigos etc., tinham nos bairros da Figueira, assim como no da Tronqueira, da Toca e da Pedreira (todos na área do centro urbano) o seu lugar de maior concentração e convívio. E segundo os ímpetus de remodelação que se abateram nesta época na cidade, as habitações destes locais eram descritas de maneira condenatória” (ARAÚJO, 1989, p. 36).

O grande marco dessas expulsões em massa como parte de um projeto de urbanização da elite, foi chamada “Expulsão da Bulha”, quando toda população que se encontrava na avenida Hercílio Luz foi expulsa e teve seus cortiços demolidos para dar lugar à nova avenida inaugurada em setembro de 1922. Assim como o projeto de urbanização da elite florianopolitana na reorganização social e espacial, era respaldado pelos representantes no governo, essa elite comercial recebia um importante apoio às suas ideias nos jornais da época. O que fica explícito na descrição do Jornal “A República”:

“Avenida Hercílio Luz

Após alguns dias de trabalho, os operários conseguiram demolir as abóbadas da ponte da pedra do rio da Bulha, à rua Tiradentes. As abóbadas, bem como o pilar central, constituíam um maciço de alvenaria de pedra consistente, resistindo dias e dias à ação da picareta e da dinamite. [...]. Uma turma de operários do Saneamento está ativamente trabalhando ali para a mudança da rede de canalização de água. Ao

lado do Quartel já foi retirado todo o encanamento. Continuam os serviços de demolição das casas desapropriadas. Na rua Pedro Soares, esquina da Fernando Machado, já foi completamente demolida a casa ali existente. As escavações, seguindo o nivelamento da avenida, já alcançaram a rua Pedro Soares. Em toda a extensão do trecho da avenida estão sendo colocados pela superintendência blocos de granito destinados à construção do meio fio. O lado da residência do Sr. Pedro Cruz, onde existiam antigamente alguns casebres, está completamente aterrado, apresentando um magnífico aspecto” (Jornal A REPÚBLICA, 1920, p.2.)²⁵.

Os argumentos dessa elite para a canalização do rio da Bulha respondia a uma preocupação com as epidemias que vinham pelo porto e pelos rios, acompanhado por uma equipe de médicos, engenheiros e sanitaristas, mas também havia um interesse econômico de alteração da cidade. Os moradores do entorno do Canal da Bulha foram, primeiramente, expulsos para cortiços e, logo depois, expulsos para a região do Maciço do Morro. A demolição dos cortiços e velhas casas foi realizada apenas no início do séc. XX, seguindo o decreto 105 de novembro de 1899 (ARAÚJO, 1989, p. 36).

²⁵Jornal A República: periódico de notícias com grande influência das argumentações do governo central.

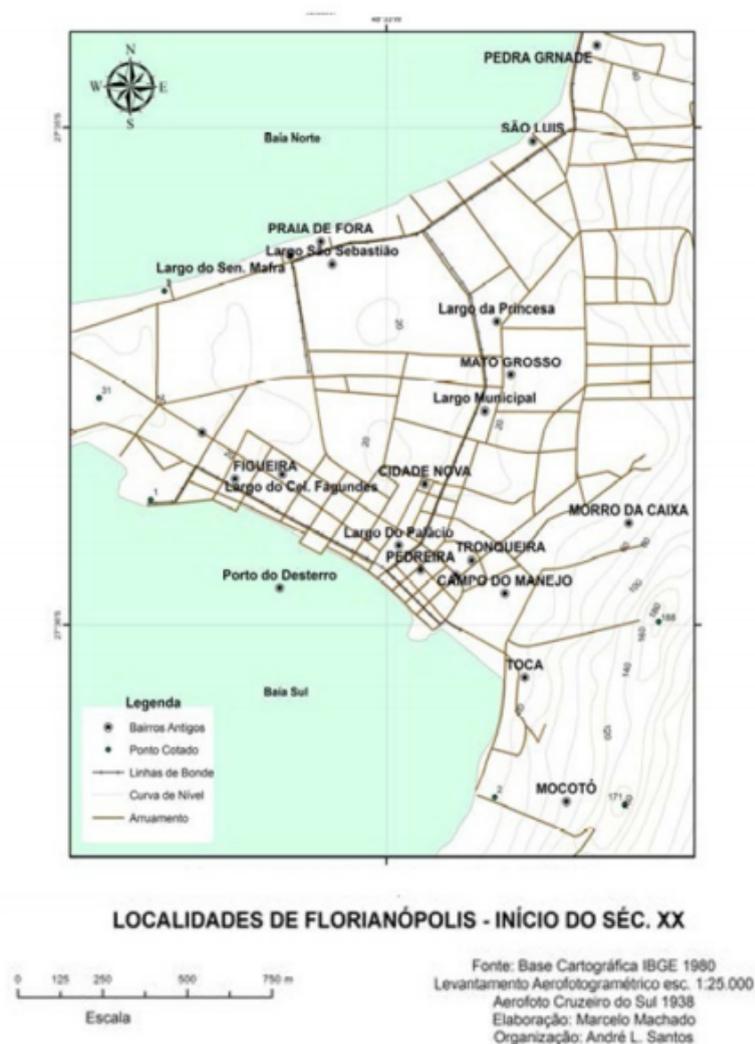


Figura 3: Mapa, do início do séc. XX, dos territórios de Florianópolis In: SANTOS (2009, p. 517).

Como André Santos (2009) afirma em sua tese, essa seria uma das primeiras expulsões entre muitas vivenciadas pela população ex-escravizada, pobre e trabalhadora da ilha.



Figura 4: Canal no Rio da Bulha - 1920 - foto Betina Humeres da agência RBS. (GONÇALVES, 2012, p.31).

Por fim, a terceira etapa foi descrita da seguinte forma pela autora:

“A terceira etapa está caracterizada pelo êxodo rural, ocorrido inicialmente entre os anos 40 e 50 do séc. XX, produziram vários fluxos de migrantes para a capital, principalmente para a comunidade de Mont Serrat. A migração da população negra empobrecida de Biguaçu e Antônio Carlos, como veremos adiante, foi significativa. Muitos com empréstimos impagáveis, esta população buscava trabalho, principalmente na construção civil, durante o período da expansão das atividades de modernização em Florianópolis, principalmente na década de 1960. Essa população migrante chegava à capital sem opção de terra barata para morar, passando a partir de então a procurar os morros. Um segundo fluxo migratório importante ocorreu só mais tarde, a partir de 1980. O morro da cruz seria um dos escassos lugares onde uma família pobre poderia encontrar uma área, ocupar um terreno, comprar uma posse ou alugar uma casa muito

próxima ao centro de Florianópolis”. (DORIGUELLO, 2012, p. 132).

Como afirma o texto acima, no início do séc. XX, algumas reformas foram acontecendo no ambiente urbano de Florianópolis e elas foram determinantes para impulsionar mais um fluxo de ocupação do Maciço do Morro da Cruz. Como parte das tendências de reformas nas capitais brasileiras, o projeto de urbanização dessa elite comercial tinha como principal objetivo reformas e mudanças na cidade que gerassem mais lucros no comércio e em outras atividades. Por isso, mesmo a segunda etapa de ocupação do Maciço ter sido impulsionada pelas políticas sanitaristas, correspondente aos interesses dessa elite na época, o desejo de avançar nessas transformações urbanas era insaciável. Na verdade, ele não era simplesmente movido por essas aparentes questões, mas sim pelo seu enriquecimento no processo. Dessa forma, as próximas etapas de ocupação do morro seguiriam como reflexos aos incentivos dados à industrialização e principalmente à construção civil na economia. (DORIGUELLO, 2012, p. 146). Essas novas atividades geraram uma importante renovação nas atividades econômicas e no aumento da circulação de pessoas. Esses trabalhadores, eram de diversas origens: ex-escravos, migrantes do interior do estado, pobres, e que, em grande maioria, buscavam ascender suas condições de vida através de um trabalho assalariado a partir dessas obras de expansão urbana. Passaram a morar no Maciço do Morro da Cruz pela proximidade que se tinha da ponte Hercílio Luz, pelas relações familiares que já se encontravam ali e por ser a única região onde conseguiam um terreno possível de se ocupar na ilha naquele período (ARAÚJO, 2006, p. 50).

As mulheres também foram essenciais na construção civil e nesse momento de formação da comunidade. De acordo com Beatriz Gonçalves, as antigas lavadeiras, expulsas dos arredores do rio da Bulha, ocuparam o Maciço na chamada segunda etapa de subida ao morro. Posteriormente, tanto as mulheres que trabalharam nas reformas urbanas, quanto as cozinheiras do famoso Mocotó que sustentava os trabalhadores da Ponte Hercílio Luz, tiveram seu papel. Não havia trabalho masculino e circulação da economia, sem a garantia dessas mulheres reproduzirem as condições sociais necessárias de sobrevivência desses trabalhadores (GONÇALVES, 2015, p. 57). Essa reprodução social da força de trabalho era parte intrínseca da produção e circulação da economia.

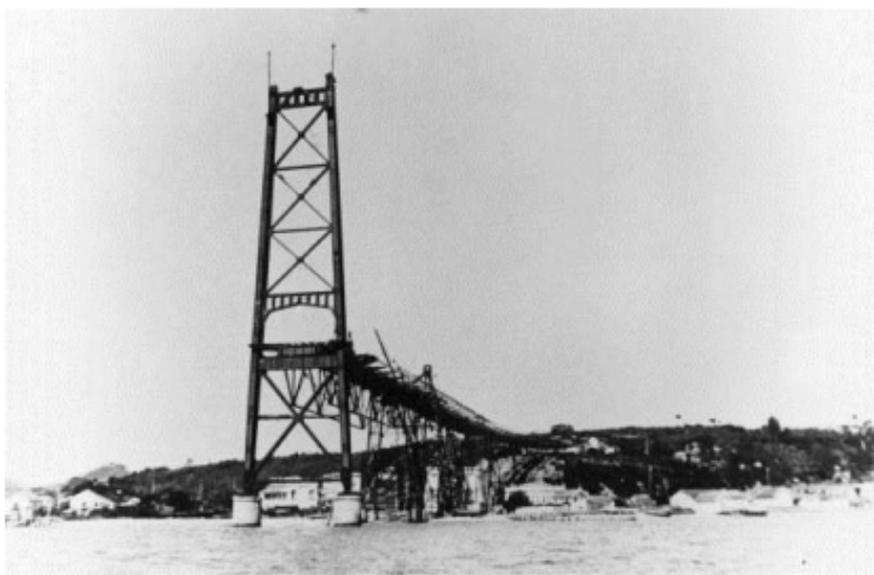


Figura 5: Ponte Hercílio Luz em construção-1920 - foto do acervo de Eugênio Silveira. (GONÇALVES,2012, p.31).

Havia uma crítica- principalmente circulada pelos representantes da elite comercial que investiam tempo, disputa política e dinheiro nos ideais de progresso e modernidade para o novo projeto de Florianópolis- que as comunidades na região central, com uma população crescente, eram sinônimo de sujeira e atraso na entrada da cidade. Entretanto, como bem coloca Camilo Araújo (2006) em seu texto, havia uma profunda contradição nessa reclamação: “A situação acima nos evidencia um contra senso, as pessoas que executavam os planos de modernização da capital de Santa Catarina eram as mesmas responsáveis pelo seu atraso” (ARAÚJO, 2006, p. 50). Isto é, os trabalhadores que construía as reformas modernas da ilha, eram excluídos dessa cidade e eram considerados sinônimo de atraso. As pessoas que fizeram emergir a ponte, os prédios, o novo centro, eram a população impedida de usufruir de tudo isso. Se encontravam no auto das comunidades do Maciço excluídas desde o século XIX e seguiam marginalizadas até à década de 50 e 60.

O que Doriguello (2012) afirma, também, sobre esse momento, essas grandes transformações na capital, que resultaram na terceira etapa de ocupação do Maciço, ampliaram um distanciamento físico aliado a um distanciamento econômico e espacial que já se tinha entre essas classes sociais. É como se houvesse uma outra cidade, uma cidade onde já se consolidava o interesse de uma elite comercial com uma estética moderna e urbanizada. Em contrapartida, se formava uma cidade no alto dos morros sem infraestrutura, sem condições sanitárias. Duas cidades tão perto, mas tão distantes em realidades sociais, políticas

e econômicas. Uma separação física gerada pela espacialização da pobreza desencadeada em meados do século XIX e XX, na ilha. Uma pobreza necessária para a manutenção da organização da cidade aos moldes dos interesses dessa elite comercial nascente, a manutenção de seu enriquecimento através de suas atividades, como a produção industrial, construção civil e comércio. Uma pobreza que é marginalizada territorialmente para a cidade funcionar aos moldes dos agentes políticos.

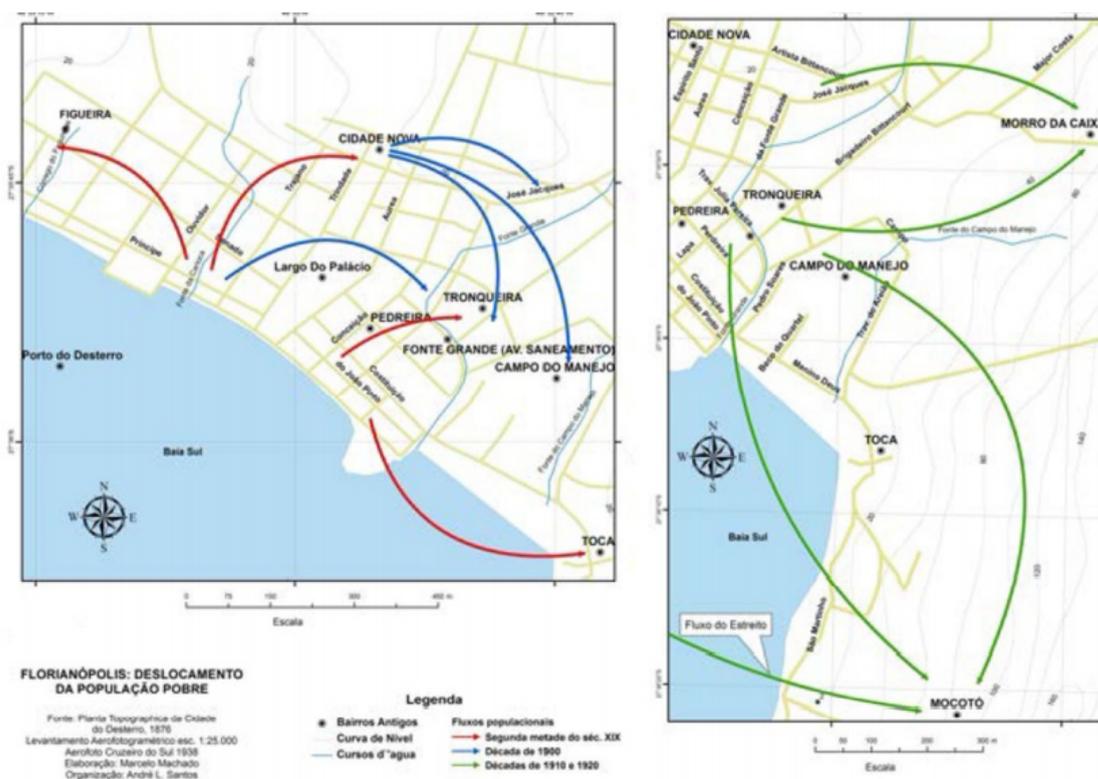


Figura 6: Mapa que indica as três ocupações da região do Maciço do Morro da Cruz. A primeira em meados do século XIX, indicada em vermelho; a segunda ao final do século XIX e início do séc. XX, indicada em azul; e a terceira entre os anos 1910 e 1920, indicada em verde. Fonte: Planta topográfica da cidade do Desterro 1876: In: (SANTOS 2009, p. 517).

Por isso, grande parte da análise desse trabalho se utiliza, também, do mesmo método, e embasamento teórico, utilizado por Santos (2009). Não é possível buscar entender as transformações sociais, políticas, econômicas e principalmente a formação da pobreza em Florianópolis sem entender a sua espacialização e se debruçar, especificamente, sobre algumas consequências do processo de urbanização da ilha no final do séc. XIX e início do séc. XX (SANTOS, 2009, p.31).

4 ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: A CONTINUIDADE DA PRECARIZAÇÃO NO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ-SC

Neste terceiro capítulo é hora de se debruçar sobre a problemática que inspirou a escrita deste trabalho e circundou todo o desenvolvimento dos outros capítulos: Por que há um quadro de manutenção da condição social de marginalização e exclusão da população pobre da ilha desde meados do séc. XIX e XX até hoje? Ademais, qual é a percepção dessa população segregada, dos próprios moradores do Maciço do Morro da Cruz, sobre esta situação?

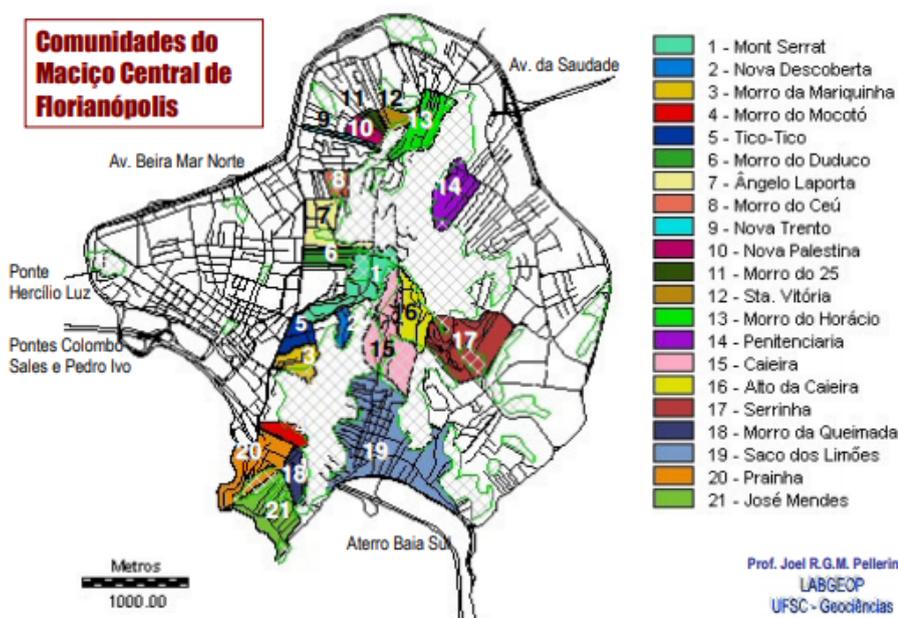


Figura 7: Mapa do Maciço com delimitações de suas comunidades (PELLERIN *Apud* ARAÚJO, 2006, p.28).

Na verdade, a resposta da primeira pergunta foi adiada pelos capítulos anteriores. Como afirmou Santos (2009), o processo de formação e criação de pobreza em Florianópolis não é contemporâneo. Ele carrega aspectos desde a formação da Cidade, mas se intensifica a partir dos processos de Urbanização (SANTOS, 2009, p. 38). Desde o final do século XIX e início do século XX, as transformações urbanas aplicadas à capital, desencadearam um aumento, em intensidade e aceleração, do processo de segregação espacial e social, como resultado do desenvolvimento da classe de comerciantes. Estes, como já afirmado anteriormente, ampliaram seu enriquecimento nas diversas atividades comerciais e produtivas que a nova Florianópolis disponibilizaria: seu tradicional comércio na região portuária, o

investimento nas reformas urbanas da cidade, na indústria e na construção civil (ARAÚJO, 2006, p. 52).

A segregação do Maciço, naquela época, pode ser explicada pelas políticas sanitárias, na região central, presentes nos discursos do governo, na argumentação dos jornais e pela necessidade de urbanização da cidade, defendida também, pelos representantes da classe de comerciantes. Em nenhum dos dois cenários, interesse do Governo e classe comercial, cabia uma população de ex-escravos, ex-soldados, marinheiros, pobres, lavadeiras, merendeiras e caboclos (ARAÚJO, 2006, p. 52). Não cabiam, diante das disputas modernistas que recaiam sobre Florianópolis, em um contexto de reafirmação de uma capital que deixaria para trás sua reputação provinciana (LOHN, 2002, p. 261). Havia uma necessidade econômica de manter, afastados do centro, trabalhadores de reserva, informais, não organizados, não passíveis de usufruírem da nova cidade produzida e muito menos agenciarem sobre os seus próximos passos. Esse distanciamento físico foi benéfico à formação e enriquecimento dessa classe de comerciantes. Isto é, havia uma desigualdade presente e necessária na construção dessa Florianópolis e essa desigualdade se espacializa, progressivamente à expulsão da população pobre para os Morros.

Hoje, é possível observar que a manutenção das condições precárias das comunidades e favelas, não têm as mesmas motivações e causas econômicas dos períodos destacados anteriormente, porque o contexto político e econômico brasileiro responde a outras demandas. Isto é, em meados do séc. XX a motivação de expulsão e segregação espacial da população mais pobre ocorria para que avançasse o projeto de desenvolvimento industrial, urbanização acelerada e o projeto estético das elites (SANTOS, 2009, p. 35). Entretanto, após anos 80 a segregação e desigualdade respondem a uma complexidade maior, mas predominantemente pela especulação imobiliária.

É a chamada financeirização dos territórios. De acordo com Rolnik (2015), a especulação imobiliária já era uma consequência do processo de urbanização dos anos 50, mas ele se torna mais intenso a partir da década de 80, quando há hegemonia do pensamento e das práticas de gestão neoliberais. Essa financeirização do território é uma das formas mais lucrativas para a manutenção do lucro para a elite das cidades hoje. Essa especulação do território também acontece em Florianópolis nos dias atuais (ROLNIK, 2015, p. 250). Como afirmou Doriguello (2012), uma outra cidade dentro da cidade, que se forma nesse período, mas se prolonga e permanece até hoje (ROLNIK, 2015, p. 250).

Hoje, essa população que está no Morro, corre o risco de ser expulsa pela necessidade de novos espaços pelo capital. Sua proximidade com o centro faz desses terrenos regiões valorizadas. Então, o Maciço por ser localizado na região central da cidade, já é muito visado pelo interesse da especulação imobiliária, o que pode gerar novas expulsões para regiões mais longínquas ou fora da ilha.

É evidente que a exclusão da população teve um desencadeamento crescente pelo processo de urbanização do início do séc. XX. Uma das principais consequências foi a própria formação do Morro e seus problemas sociais subsequentes. Entretanto, em um determinado momento, a espacialização da desigualdade social em Florianópolis, atinge outro patamar, por conta da especulação imobiliária. Então os setores dos antigos banqueiros, que ajudaram no financiamento de algumas obras da cidade, também passaram a ser propulsores da especulação. Então, ainda hoje a região do Maciço poderá ser forçada à desocupação pela demanda expansionista desses agentes financeiros. A ilha hoje pode se tornar nova fonte de expulsão retomando o processo anterior promovido pelo centro (SANTOS, 2009, 235).

A desigualdade social, a produção de pobreza e facetas das condições marginalizadas da população do morro continuam até hoje presentes na capital. Através de novas dinâmicas da economia global e novas tendências de transformação da cidade, a reprodução dessa condição social segue sendo um requisito necessário para a manutenção do poder econômico e político dos agentes locais. Assim se mantém uma ordem social estabelecida, um poder político, continuidade das mesmas famílias, uma preservação econômica, um distanciamento físico. Então, essa desigualdade social que permanece até hoje, se traduz em problemas sociais de habitação, transporte público e emprego. (SANTOS, 2009, p. 35).

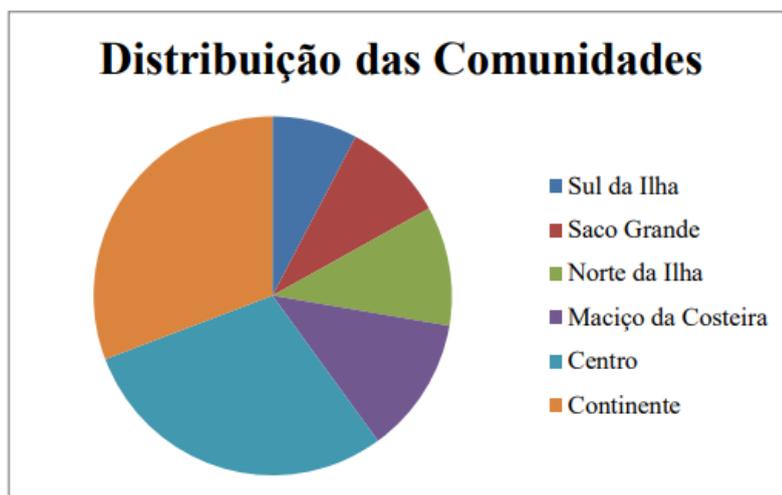
Gráfico 1: Distribuição dos Assentamentos Precários em Florianópolis.

Figura 8: Gráfico dos assentamentos precários por Região em Florianópolis. Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis. Plano Municipal de Interesse Social. Produto 2 Ventrag Planejamento Urbano. 2009. Disponível em:

http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_08_2010_15.41.22.197114da500fbc9c40c97b79dde1fd77.pdf - Bing (DORIGHELLO,2012, p. 35).

População e Número de Comunidades das Áreas de Interesse Social por Região

AIS	Nº COMUNIDADES	% COMUNIDADES	POPULAÇÃO (2004)	% POPULAÇÃO
CONTINENTE	20	31%	21.017	33,72%
CENTRO	19	29%	26.048	41,79%
MACIÇO DA COSTEIRA	8	12%	1.916	3,07%
NORTE DA ILHA	7	11%	1.738	2,79%
SACO GRANDE	6	9%	6.405	10,28%
SUL DA ILHA	5	8%	5.202	8,35%

Fonte: site: http://www.pmf.sc.gov.br/habitacao/_hb_habsocial.htm - visitado em maio de 2009.

Figura 9: Tabela de população e número de comunidades das áreas de interesse por região. Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis de Interesse social. Produto 2. Vertrag. Planejamento Urbano, 2009, p. 32. Disponível em:

http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_08_2010_15.41.22.197114da500fbc9c40c97b79dde1fd77.pdf - Bing (DORIGHELLO,2012, p. 35).

Nesse sentido, como foi possível observar na história de Florianópolis, o movimento de pobreza responde às tendências econômicas e sociais do capitalismo global e seus mecanismos e agências internas de poder político e econômico das capitais. Por esse motivo, a segregação social e espacial resultantes dos processos de urbanização são assíduas na história de formação e na manutenção de cidades e países até hoje (SANTOS, 2009, p. 232).

Por fim, chegou-se à segunda pergunta: qual é a percepção dos moradores do Maciço do Morro da Cruz sobre sua situação? A partir de entrevistas realizadas por Karen Rechia para o documentário produzido por Pedro MC, 2013, foi possível observar, ouvir e analisar as compreensões e observações da população sobre o processo de ocupação e vivência no Morro.

Dona Diamantina-Morro da Caixa

“Eles dizem que sou mais velha assim que moro aqui né ‘a senhora é a rainha do nosso Morro, porque a rainha do morro é a senhora’ sou rainha da pobreza (...) Eu só peço a Deus que Deus me desse um meio de eu sair daqui do Morro. Eu queria me mudar daqui...eu não tenho vontade de ficar mais aqui, muita coisa...é porque a senhora é de outro tempo, a senhora vai endireita mais o mundo, eu não vou endireita mais o mundo...quem sou eu pra endireita o mundo” (DONA DIAMANTINA In PEDRO MC, 2013, 7 min 15s).

Na entrevista de Dona Diamantina, a moradora do morro da caixa apresenta uma polarização entre seu orgulho de ser uma das mais velhas do morro e ser reconhecida por isso pelos meninos da comunidade, mas se manter em uma condição precária de pobreza. Ela demonstra como essa situação a chateia e relaciona essa pobreza diretamente a estar morando no morro. Apesar de querer muito mudar sua situação, apresenta uma conformação que ela não tem essa capacidade. É observar, a partir dessa fala, que há uma interiorização da culpa por sua pobreza, por parte de Dona Diamantina. Ela não relaciona sua vulnerabilidade econômica e social à falta de um investimento da prefeitura, por exemplo. Ela interpreta como um problema dela, chegando a comparar como a entrevistadora teria a capacidade de “endireitar o mundo”.

Dona Sueli-Morro da Mariquinha

“eu espero coisa boa né... que daqui pra frente seja bom mas tá muito difícil. Eu com a minha idade, criada no morro... a gente fica tola de ver o que acontece... E não vai ser fácil de endireitar, não vai ninguém endireitar, ninguém... só aquele lá de cima. Mas, a gente trabalha, para de trabalhar e ninguém dá mais valor né. A gente não tem mais valor. Mas meu Deus é grande ...então pra me sustentar, a gente tem que perdoar né... e fica tudo aí, ninguém leva nada ...eu não brigo por causa de terreno, vai ficar aí, pra que brigar... pra que fazer confusão com pedaço de terra, ou pedaço de madeira, fica tudo aí. a gente tem que se sustentar o que que a gente vai fazer... Sofri mais hoje, sou alegre porque tenho meus filhos, meus netos, mas não me arrependo que botei eles no mundo...” (DONA SUELI IN PEDRO MC, 2013, 36min 10s).

A entrevista de Dona Sueli, reproduz essas mesmas características. A moradora do Morro da Mariquinha fala de suas preocupações em continuar no Morro, conseguir trabalho e não participar das brigas. Em duas falas, ela apresenta uma certeza inegável de sua incapacidade de mudar de vida e da impossibilidade do morro se ‘endireitar’. O que, mais uma vez, é possível perceber a sutileza que um discurso, reproduzido nos jornais tradicionais da cidade, pode ser incorporado pelos seus próprios moradores (PORTELLI, 1997, p. 32).

Seu Cabeludo-Beco do Mocotó

“Eu vim pra aqui com idade de um ano,um ano e meio mais ou menos. Vou fazer 78 anos. Nasci em 1929. Isso aqui atualmente mudou agora muita coisa. Isso aqui você passava por aqui antigamente e era só estrada de chão, isso tudo aqui era barraco, era tudo coisa de madeira,mais nada. Era só de madeira. Uma casinha aqui, uma casinha aí, era só isso aí. Mas aí foi surgindo, foi tudo isso, foi crescendo.... o movimento aqui foi uma beleza (...) A vida aqui é aquela vida de sempre, a vida de pobre. Quem mora aqui já sabe como é que é. Pobreza bate a gente só tem aquela michariazinha, um compra três reais de pão, outro compra de farinha e assim vai indo. A gente vai passando no Morro, no morro

a gente vai passando assim...” (SEU CABELUDO In PEDRO MC, 2013, 14 min 45s).

Por fim, seu Cabeludo, do Morro do Mocotó, apresenta duas situações concomitantes no Morro: fala sobre as mudanças na ocupação do Morro ao longo dos anos, os estilos das casas e a quantidade de famílias, mas ressalta a manutenção da situação de pobreza. Ele afirma: “A vida aqui é aquela vida de sempre, a vida de pobre. Quem mora aqui já sabe como é que é” (SEU CABELUDO apud PEDRO MC 2013). Além de constatar um processo histórico de transformação e manutenção das condições do morro, o morador do Mocotó demonstra uma infeliz conformidade com essa situação, resultado de uma percepção de anos de que essa condição precária nunca chegou a melhorar para a população dali.

Ana Clara-Morro da Queimada

“Eu graças a deus ainda não aconteceu de nenhum preconceito...eu moro na queimada, mas tenho amigos que já aconteceu sim. Em primeiro lugar por ser negro, em primeiro lugar, e em segundo lugar por morar em periferia, com certeza. Pode ter a escolaridade que tiver, o mesmo nível que tiver, mas se tiver uma pessoa branca ali vai ser. E eu sempre fui contra, ‘não gente, é a capacidade de cada um’, mas não, realmente isso acontece ainda... infelizmente acontece. E eu acho isso... me deus...essa imagem que fazem de Florianópolis ‘a ilha da magia, meu deus é carnaval e mulheres bonitas e é isso’, não é bem assim, quem vive aqui é uma outra história, é uma realidade totalmente diferente” (ANA CLARA In PEDRO MC, 2013, 19 min 51s).

Ana Clara, do Morro da Queimada, apresenta um posicionamento diferente. Ela afirma que anteriormente não acreditava que os moradores do morro poderiam ser prejudicados em oportunidades de emprego por serem negros e da periferia, mas foi percebendo que essa situação se confirmava. Ela também afirma que a imagem de Florianópolis, como é sempre apresentada pelos órgãos de turismo, não reflete a realidade de sua população. Ana propõe uma conexão entre os problemas enfrentados pela população do morro em vagas de emprego e o apagamento da realidade da periferia na ilha. É possível compreender que a moradora do Morro da Queimada, busca motivos externos para explicar a situação de pobreza e precariedade que se mantém no morro. Ela não interioriza essa culpa e

não resume o problema à sua falta de capacidade. Seu questionamento ao final da entrevista coloca em contradição a própria função social que um plano diretor deve cumprir e como uma prefeitura deve atuar: conhecendo a realidade de seu povo e se baseando nela para pensar a cidade (PEREIRA, 2011, p. 107).

Essa correlação direta entre a condição precária com o morro e a interiorização da culpa pela pobreza, presente na maioria das entrevistas, são características explícitas de uma política propagandista neoliberal. Como afirmado ainda neste capítulo, muitas vezes esse setor financeiro que busca investir nessa cidade segregada, utiliza de instrumentos da mídia e do governo para disputar a opinião pública e justificar suas ações (PORTELLI, 1997, p. 26).

Os argumentos apresentados pelos jornais da cidade, como *ND*²⁶, e outras mídias sensacionalistas, constroem a narrativa da “ocupação ilegal”, e como todos os problemas apresentados nessa região, e por essa população, são acarretados por essa ocupação irregular. Além disso, direcionam a responsabilidade de correção desses problemas aos próprios moradores, sugerindo buscarem novos locais para conseguirem melhorar de vida. O trecho abaixo retirado da edição de 22 de Agosto de 2020 exemplifica essa argumentação.

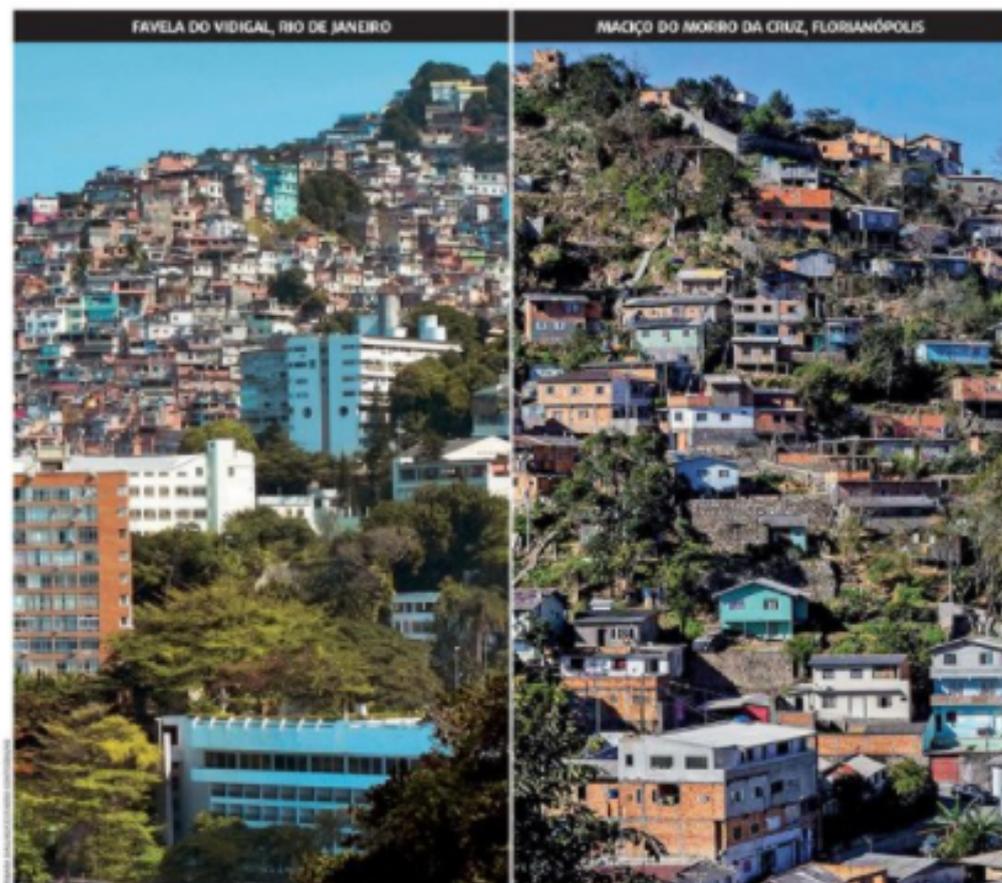
²⁶“O Grupo ND é um conglomerado de mídia brasileiro sediado em Florianópolis, SC. Foi criado em 2019 a partir da cisão das empresas catarinenses do Grupo RIC, criado em 1987 pelo empresário Mário Gonzaga Petrelli. Fazem parte do grupo o jornal Notícias do Dia, de onde vem sua sigla, além de 7 emissoras de TV, uma revista e um portal de notícias, totalizando 10 veículos” (WIKIPÉDIA, 29 de Abril de 2021).



FLORIANÓPOLIS, SÁBADO E DOMINGO, 22 E 23 DE ABRIL DE 2023

Cidade ameaçada

Invasões e construções clandestinas que se alastram pela Grande Florianópolis provocam desordem urbana e levantam a questão: qual tipo de cidade queremos para viver? O ND foi atrás de respostas



Metro quadrado no entorno da Rocinha sofreu desvalorização por causa do crime

Região conflagrada pelo crime era área verde e foi alvo de invasões

A história da Rocinha: como surgiu a maior favela do país

Maciço do Morro da Cruz concentra cerca de 40% das habitações precárias na cidade

Especialistas projetam soluções para combater as invasões

Número de moradias "faveladas" dobrou na última década

A favelização das áreas de morros e o desordenamento urbano, em virtude das invasões e construções clandestinas, são os temas do Relatório ND, um caderno especial de reportagens com 36 páginas que será encartado na edição do Notícias do Dia neste fim de semanas (22 e 23). O assunto também será levado ao ar pela NDTV, a partir de segunda-feira (24) com a série Cidade Ameaçada feita especialmente para a televisão e que será exibida em três partes no Balanço Geral. O conteúdo do caderno, em PDF, poderá ser baixado pelo portal ND+ neste sábado.

Figura 10: Reportagem do ND+ de 22 de Agosto de 2020: “ Relatório ND: Invasão define o caos urbano na região central Florianópolis”. Disponível em: <https://ndmais.com.br/infraestrutura/dossie-nd-invasao-define-o-caos-urbano-na-regiao-central-de-florianopolis/>

Neste caso, o jornal argumenta que as condições sociais precarizadas dessa população e problemas urbanos de toda a capital podem ser justificadas por essas “invasões” e “caos urbano” estabelecidos pela ocupação do Maciço, e outros morros da capital, pela população mais pobre. Justifica as ações do poder público de negligenciar a segregação e marginalização, e acoberta as operações de violência nas comunidades, criando uma narrativa discriminatória sobre os moradores, suas casas e famílias. A mídia sempre cumpriu um papel de propagandista das iniciativas da classe comercial na cidade. Hoje, diante dos canais de poder e influência da elite financeira, não é diferente. Assim procedem, como também faziam em meados do séc. XX, tanto porque os donos dessas redes de comunicação são parte dessa elite financeira, quanto pelo interesse em trocar favores com o poder público.

Dessa forma, como resultado da influência e circulação dessa mídia na construção da opinião pública, a interiorização da culpa pela situação de pobreza é observada, muitas vezes, nos discursos dos próprios moradores das comunidades. No caso do Maciço, esta situação se apresenta construindo a ideia de incapacidade, por parte desses moradores, como se todos os seus problemas fossem fruto de inação.

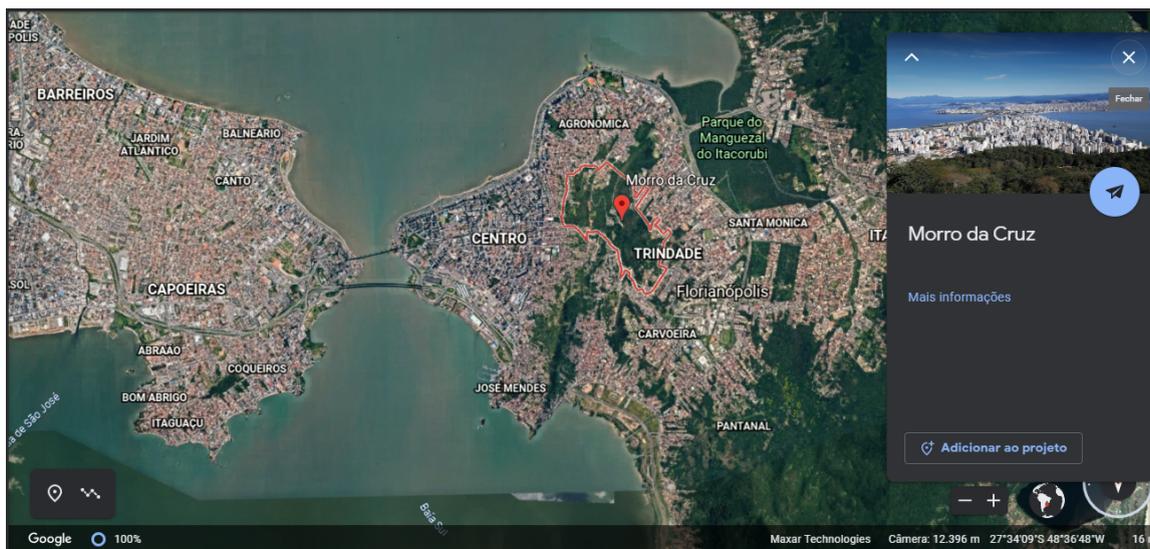


Figura 11: Vista aérea do Maciço do Morro da Cruz, marcado em vermelho. Google Earth. Acesso em 21 de Abril de 2021.

5 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho buscou-se fazer um estudo de caso da formação de um dos maiores complexos de morro de Florianópolis, O Maciço do Morro da Cruz, para entender o quadro de desigualdade social crescente em Florianópolis. A cada capítulo foi possível acumular instrumentos de análise que deram as condições para responder a essa questão.

O primeiro capítulo, a partir de uma análise sobre a relação dos processos de urbanização com o desenvolvimento do capitalismo no séc XX-as tendências mundiais da economia e as variações nas capitais brasileiras-apresentou uma formulação sobre como não há crescimento e desenvolvimento das economias e atividades de produção nesse período, sem um investimento nas cidades.

O segundo capítulo, trazendo sobre as origens históricas e formação violenta do complexo do Maciço, a partir das expulsões contínuas com as políticas sanitaristas, os projetos de urbanização e o desenvolvimento da construção civil na ilha, aborda sobre o papel de uma elite comercial na aplicação de projetos que aceleraram a tendência de empobrecimento da população e garantiram sua manutenção.

Por fim, o terceiro capítulo onde, tendo conhecimento da tendência de financeirização e especulação dos terrenos da ilha e dialogando com as compreensões dos moradores sobre suas condições de vida, foi possível perceber os mecanismos que levam à manutenção do quadro de pobreza e precariedade dos moradores do Maciço até hoje.

Nesse sentido, a situação de uma desigualdade social crescente em Florianópolis, se explica tanto pelas tendências da economia mundial que influenciaram nos projetos de reforma e planejamento urbano da ilha, quanto pelo interesse e agência de uma elite financeira em garantir a sua manutenção dos lucros através desses projetos. A produção de pobreza é parte dos importantes elementos desse rearranjo social, sem ela, não há um grupo de trabalhadores como exército de reserva, disponíveis para os empregos informais, extremamente explorados, em condições sociais vulneráveis, para serem facilmente expulsos, violentados, marginalizados, etc.

É a partir do alicerce dessa pobreza e dessa desigualdade, que a cidade se mantém ao longo dos anos, se forma, se reforma, se reestrutura e se planeja. Por isso, problemas sociais, moradia, transporte e alimentação, são tão difíceis de serem sanados. Não se trata de falta de

planejamento urbano, falta de discussões sobre os temas ou inclusão dessas populações de vulnerabilidade econômica nos debates de planos diretores. Como se diz, o buraco é mais fundo. Essa desigualdade é histórica, é carregada e mantida por uma elite financeira, pelas famílias tradicionais da antiga aristocracia, pelos representantes do governo entre outros na cidade, que fizeram parte de sua construção e formulação. Essa dificuldade é geradora de tantas frustrações em arquitetos e engenheiros muito bem intencionados em tentar resolver esses problemas. Por isso, é preciso ampliar o olhar analítico e se propor a repensar a cidade para buscar resolver os frutos de sua desigualdade. Não será possível mudar o cenário de manutenção dessa pobreza sem alterar as tendências econômicas globais e regionais que a reproduzem. É hora de não repetir os mesmos erros do passado, criando projetos de urbanização geradores de desigualdade, negando as realidades e principais problemas que perpassam as cidades brasileiras. É hora de não só repensar a cidade e melhorá-la. Mais do que nunca, é hora de garantir o efetivo direito da maioria da população à cidade, isto é, o direito à cidade para quem a construiu e constrói ao longo da história.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do Litoral:** reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História), PUC-SP.

ARAÚJO, Camilo B. **OS POBRES EM DISPUTA:** Urbanização, política e classes populares no Morro da Caixa d'Água, Florianópolis – anos 1950 e 1960 - Dissertação - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2006.

BARROS, José d'Assunção. **Cinema e história** – as funções do cinema como agente, fonte e representação da história. Volume 1, número 1, jun./2007 (disponível em: < <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.2547> > acesso em: 22/09/2020).

DORIGHELLO, Elaine T. **Antigos e novos olhares sobre o Maciço do Morro da Cruz:** de não território a território do PAC-Florianópolis- Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2012.

GRUPO ND. In: **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Grupo_ND&oldid=60063976>. Acesso em: 21 dez. 2020.

MACIÇO. In: **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Maci%C3%A7o&oldid=60795373>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

GONÇALVES, Beatrice Corrêa de Oliveira. **As cozinheiras que transformaram o mocotó em um símbolo.** 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Departamento de Pós Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Sc, 2015.

LEFEBVRE, Henry. **O direito a cidade.** 1a Edição. São Paulo. Editora Moraes, 1968.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Pontes para o futuro:** relações de poder e cultura urbana Florianópolis, 1950 a 1970. Porto Alegre, 2002. 442 f. Tese (doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias.** In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. A cidade do Pensamento Único: Desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 121-192.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia, memória.** São Paulo: Contexto, 2010. 188 p. ISBN 9788572444552.

PAIVA, Edvaldo *et al.* **Organização Urbana Florianópolis:** Florianópolis plano diretor. Florianópolis: Imprensa Oficial do Est. do R. Gr. do Sul, 1952. Disponível em: http://www.bu.ufsc.br/projeto_obras_raras/78043.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.

PEREIRA, Elson M. **Qual planejamento urbano na sociedade da incerteza?** Geosul, Florianópolis, v. 25, n. 49, p 103-121, jan./jun. 2010. Pp 103-121.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral.** São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente.** Tradução Maria Therezinha Janine Ribeiro. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro:** a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis. Tese de doutorado em geografia apresentado ao Programa de Pós Graduação em Geografia do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2009.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Espaço urbano comum, heterotopia e o direito à cidade:** reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey. *urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana*. 2014, vol.6, n.2, pp.146-157.

SANTOS, Milton. **A Urbanização brasileira.** 5ª edição. São Paulo. Editora da USP - Vol. 6. 1993.

ROCHA, Vanessa. **Relatório ND:** Invasão define o caos urbano na região central de Florianópolis. ND+ Notícias. 22 de Agosto de 2020. Disponível em: <https://ndmais.com.br/infraestrutura/dossie-nd-invasao-define-o-caos-urbano-na-regiao-centra-l-de-florianopolis/>

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 2015. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

VARZEA, Virgílio. **Santa Catarina:** A ilha. Rio de Janeiro: Cia Typográfica do Brasil. 1900. Edição Comemorativa do 4º centenário do Brasil.

VEIGA, Eliane. **Florianópolis:** memória urbana. Florianópolis: UFSC, 2010. (Coleção memória de Florianópolis; v.4) Número de chamada: 72(816.406.02) V426.

VERTRAG. **Institucional.** Disponível em: Acesso em: 02 fev. 2012.

Fontes

CABRAL, Oswaldo. **Nossa Senhora do Desterro**: a memória. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1979.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro**. Florianópolis, Imprensa da UFSC, 1972.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. "**O Ensino de Noções de Higiene nas Escolas Públicas, de Santa Catarina**". Tese nº 39, in "A nals da 1 ? Conferência Estadual de Ensino Primário , convocada pelo Exmo . O Sr. Vr. adolpho Konder, Governador do Estado de Santa Catarina - 31 de julho de 1927", Florianópolis Topográfico, da Escola de Aprendizes Artífices , s.d.p. , p. 4 1 5.

Códigos de Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Desterro: 1889,1896,1898. Relatório do Conselho Municipal de Florianópolis: 1925.

Jornal A República. **Biblioteca Pública Estadual**: p.2, 20 de Fevereiro de 1920. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/republica/1920/REP1920413.pdf>

Legislação Municipal de Florianópolis/SC. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-florianopolis-sc>. Acessado em: 18 de Abril de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. **Plano Municipal de Interesse Social**. Contrato nº. 669/FMIS/2008. Produto 2: Inserção Regional e Características do Município p. 31-32. Vertrag, Curitiba, revisão 3, julho de 2009. 95p. Disponível em: http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/16_08_2010_15.41.22.197114da500fbc9c40c97b79dde1fd77.pdf - Bing. Acesso em: 31 out. 2012.

MC, Pedro. "**MACIÇO**". Documentário premiado no edital cinemateca catarinense / ABD-SC Fundação catarinense de cultura / FCC secretaria de Turismo, Cultura e Esporte. Cizânia filmes e OMAGO arte e audiovisual, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qXnpg74Qr4g>